

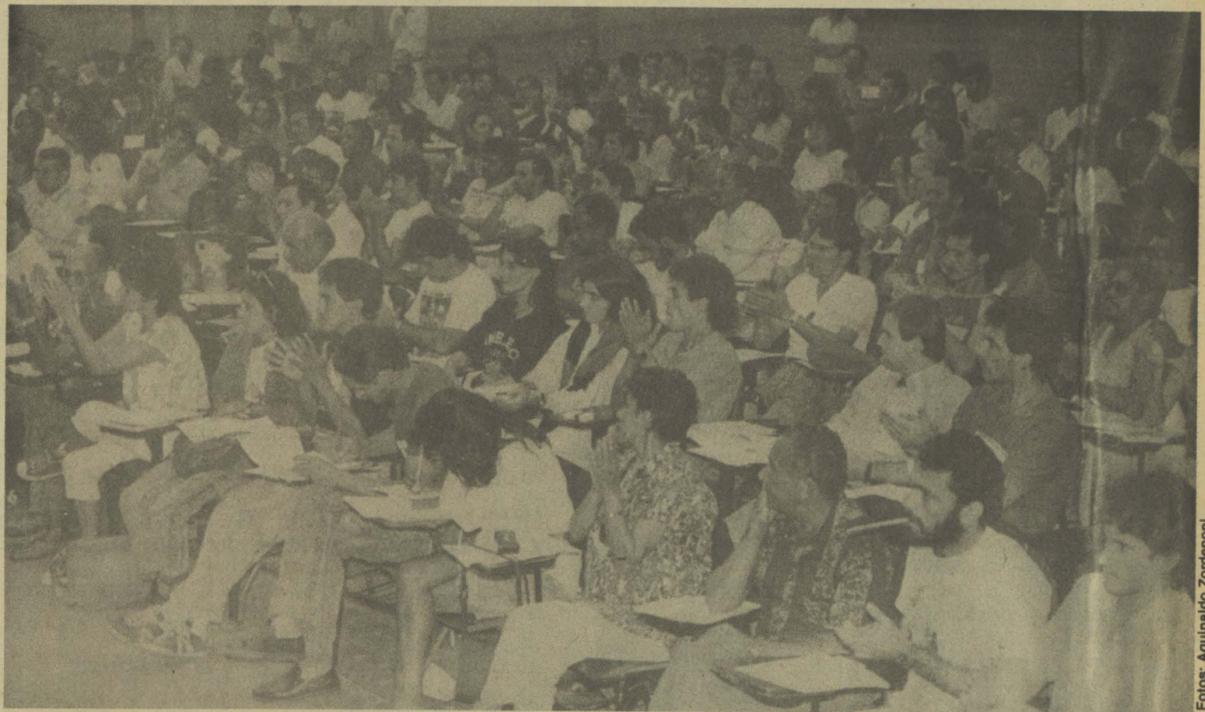
Tribuna da Luta Operária

Nº 356 — DE 18 A 24 DE ABRIL DE 1988

Cz\$ 30,00



Dirigentes de importantes entidades sindicais coordenaram a plenária, que teve expressiva representatividade, vibração dos participantes e resoluções unitárias



Fotos: Aguilardo Zordanoni

SINDICALISTAS FORMAM CORRENTE CLASSISTA CONTRA OS PELEGOS

Com a presença de sindicalistas de todo o país, representando mais de 200 entidades sindicais, a plenária de Campinas, no último dia 9, aprovou o rompimento com a direção “patronal e pelega” da CGT e a formação de sua Corrente Classista. A nova articulação, que reúne lideranças progressistas do movimento sindical, pretende se contrapor aos pelegos do “sindicalismo de resultados”, que tomaram de assalto a direção da central. Durante o encontro foi eleita a coordenação da corrente, que já marcou as plenárias nos Estados para viabilizar o rompimento com a direção nacional da CGT e estruturar o bloco classista. Pg. 8

EDITORIAL

Estado de golpe

Em ritmo acelerado, a Constituinte aprovou, na semana passada, novas imposições dos militares. Em particular, manteve o chamado Estado de Defesa — já existente atualmente com o nome de Estado de Emergência — e o direito das Forças Armadas intervirem na vida política nacional a pretexto de manter a lei e a ordem.

Em 1968, estas medidas “excepcionais” foram implantadas pela ditadura com o Ato Institucional n.º 5. E os poderes excepcionais conferidos aos governantes serviram de cobertura para escândalos escabrosos e, de outro lado, para prender, torturar e assassinar centenas de opositores. Em 1978, o governo Geisel substituiu o ato 5 pelas chamadas medidas de emergência. Que foram acionadas duas vezes — e tendo como agente principal o general Newton Cruz — na votação do decreto 2065, de arrocho salarial, e no cerco ao Congresso para impedir que fossem aprovadas as diretas-já, em abril de 1984.

O Estado de Defesa dá ao presidente da República poderes maiores do que os que já dispõe. Pode prender, censurar correspondências e comunicações telefônicas e telegráficas, ocupar bens e serviços públicos e privados — como por exemplo emissoras de rádio e televisão, assim como proibir o funcionamento de sindicatos e partidos políticos.

Durante estes 20 anos de vigência, alguma vez tais medidas foram utilizadas para resguardar a soberania nacional? Para deter o assalto aos cofres públicos, todo mês em torno de 1 bilhão de dólares para pagar aos agiotas internacionais? Alguém tem notícia de providências contra o genocídio de índios e contra o massacre de camponeses?

E agora, com o caudaloso rio de lama de corrupção, atravessando todos os meandros do po-

der, por acaso os governantes pensam em tomar alguma iniciativa em favor da moralidade? Nada disto.

Mais grave ainda, o que se ameaça é exatamente intimidar os que apuram as irregularidades. O senador Roberto Campos — um santo homem apelidado pelas línguas maldosas, de Bob Fields — já advertiu, a mando de Sarney, que a CPI está provocando uma “tensão institucional” e que o “clima de confronto é perigoso”.

Mas o próprio Sarney resolveu ir mais longe ainda. Ele agora se diz vítima do “terrorismo verbal” e que “estamos vendo no país a estropolação daquilo que é a própria liberdade”. Dentro do próprio Senado, Sarney ordena que alguns de seus capangas compareçam às sessões da CPI e, agindo como provocadores, tumultuem os trabalhos com berros e achincalhe.

E é bom recordar que, por ocasião da votação do sistema de governo, o Exército fez saber que se não fossem aceitas as propostas governistas, de presidencialismo e cinco anos, haveria intervenção militar para “restabelecer a ordem”.

Ressalte-se ainda que as votações na Constituinte, desde a maré de ameaças e suborno que impôs a manutenção do presidencialismo, têm sido na base do ferrolho. A democracia é simplesmente formal. Os votos já estão contados previamente — e certamente os empregos, as emissoras de FM, os favores, as liberações de verbas, vão sendo distribuídos com igual presteza.

O Estado de Defesa é golpe. Não adianta mascarar o nome. E hoje, só pode servir para que o entreguismo e a corrupção sejam acobertados. A Constituição vai sendo torneada pela concepção mais obscurantista. E criando, conseqüentemente, motivos cada dia maiores para que seja contestada nas ruas no nascedouro.



Cartazes de convocação da greve argentina no dia 14

Argentina pára em protesto contra o FMI

A greve geral de 24 horas realizada dia 14 contra a política econômica do presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, teve adesão completa dos trabalhadores. Buenos Aires, a capital, ficou totalmente parada. Os funcionários públicos paralisaram suas atividades na capital e interior. “Não vamos tolerar uma política que não foi votada pelo povo, e que é ditada pelo FMI”, disse um dirigente da CGT local. Foi a 11.ª greve geral no governo Alfonsín.

Funcionalismo prepara greve

No último dia 13, os servidores do setor público realizaram manifestações de protesto contra o congelamento da URP em vários Estados. Foi o Dia Nacional de Mobilização contra o arrocho salarial do governo Sarney. Em Brasília, 75% do funcionalismo paralisaram suas atividades como forma de protesto. Em todo o país, os servidores exigiram eleições diretas em 88 e aprovaram a proposta de realização de uma greve geral no próximo dia 27. A paralisação deverá atingir as empresas estatais e os órgãos públicos. Leia a reportagem na página 6.

Governo recua. Cai a liberação das mensalidades.

Diante das manifestações estudantis o governo Sarney recuou. Foi forçado a revogar o decreto que estabelecia o chamado regime de “liberdade vigiada” na determinação dos preços das mensalidades escolares e que, na verdade, permitia aos proprietários das escolas estabelecerem aumentos exorbitantes e insuportáveis. De dezembro a março as mensalidades só poderão subir até o teto máximo de 119% em São Paulo. O critério para o cálculo dos aumentos varia de acordo com as condições particulares dos estabelecimentos. Não é tudo que os alunos reivindicam, porém o recuo do governo constitui uma vitória do movimento estudantil.

Polícia mineira ataca e tortura líder do PC do B

No dia 8 de abril o presidente do PC do B de Igarapé, Minas Gerais, o operário metalúrgico Antonio Henrique de Moraes, popularmente conhecido como “carrapicho”, foi à delegacia de polícia visitar um amigo que havia sido preso na véspera. Pediu para ver o preso, mas não deixaram. Pediu para falar com o delegado, não conseguiu. No caminho de casa, Carrapicho se surpreendeu com policiais que o abordaram dizendo que permitiriam a visita ao preso.

Ao entrar na delegacia, os policiais o revistaram e jogaram seu pente no chão, alegando que estava sujo. Ao tentar apanhar o pente, os policiais começaram a espancá-lo, primeiro fora e depois dentro da cela.

No dia seguinte, dona Benedita Moraes, mãe de Carrapicho foi à delegacia levar o almoço e tentar a liberação do filho. E também foi espancada, caindo na porta da delegacia.

O município operário de Igarapé, vizinho a Belo Horizonte, é uma das regiões em que o PC do B tem mais crescido. Carrapicho, além de dirigente do partido, é vice-presidente da União dos Moradores do Bairro Padre Eustáquio. É o que pode explicar a agressão absurda à Carrapicho e sua mãe. Aliás, a violência policial tem sido uma marca do governo Newton Cardoso em relação às reivindicações do movimento popular e democrático.

A população de Igarapé está indignada com o ocorrido. Estudantes secundaristas estão organizando uma caravana para exigir explicações e providências do prefeito local. A direção regional do PC do B se solidarizou com o companheiro atingido, denunciando o ocorrido na imprensa, protestando junto à Secretaria de Segurança e exigindo imediata punição dos torturadores.

PANAMÁ

Reagan aumenta pressões econômicas

A sabotagem do governo de Ronald Reagan contra o Panamá se intensifica. Mas tem seus reverses. Ao tempo em que se multiplicam os projetos contra a intervenção ianque nos assuntos internos do país, um **marine** (soldado dos EUA) foi morto, dia 12, por seus próprios companheiros na base aérea de Howard. Seus colegas que participam de manobras militares para intimidar o governo do general Manuel Noriega o atingiram com cinco disparos no abdômen. A vítima montava guarda aos tanques de combustível da base ianque.

As trapalhadas militares não param aí. Dois helicópteros do Comando Sul do Exército dos EUA se chocaram na pista de aterrissagem de Fort Sherman, no lado Atlântico do Canal do Panamá. Oito tripulantes ficaram feridos. Mas enquanto os desastrosos soldados norte-americanos mutilam-se mutuamente, aumentam as pressões ianques contra o governo panamenho.

Orlando Wallis, um espião norte-americano, foi capturado pelo Exército panamenho e confessou — o que depois foi admitido pelo Exército dos EUA — que fornecia informa-

ções às tropas de Reagan. Nos Estados Unidos, o chefe do Conselho de Segurança Nacional do governo Reagan, Collin Powell, conclamou os setores das Forças Armadas panamenhas vinculadas aos EUA a darem um golpe de Estado, derrubando o general Noriega.

Nem só de ações armadas vive a política externa ianque. Ronald Reagan apelou para o risível argumento de que Noriega é uma "ameaça à segurança, à economia e à política externa dos Estados Unidos" para invocar a lei de poderes de emergência econômica e bloquear todos os bens panamenhos nos EUA. Proibiu, igualmente, que as empresas norte-americanas que operam no Panamá paguem impostos ao atual governo. Não conseguiu, contudo, a adesão de nenhum outro governo — nem mesmo seus aliados da Guatemala e Costa Rica — à sua política contra Noriega.

AÇÃO MILITAR

Essas ações, ainda não foram suficientes para arriar Noriega — um ex-assalariado da



Manifestante panamenho queima a bandeira e um carro da Embaixada dos Estados Unidos

CIA norte-americana — do poder. Por isso não está descartada a intervenção militar aberta dos Estados Unidos no pequeno país (apenas 75.474 km²) latino-americano.

Aliás, os EUA já tiveram inclusive o direito legal de intervir militarmente no Panamá! Esse país foi criado em 1843, quando se desligou da Colômbia,

com expressa participação ianque nessa conquista de "autonomia". Seu primeiro presidente, Manuel Amador Guerrero, cedeu o controle do Canal do Panamá "em caráter permanente" para os EUA, e patrocinou a elaboração de uma Constituição, em 1904, que garantia ao Pentágono o direito de enviar tropas para

"preservar a ordem" no país...

Essa situação mudou nos anos 70, quando o governo panamenho assinou acordos com a Casa Branca prevendo a devolução do Canal ao Panamá no ano 2.000. A data se aproxima. E os EUA querem rasgar esse acordo. É o pano de fundo da atual crise.

ELEIÇÕES NOS EUA

Jackson atrai os descontentes

Jesse Jackson continua a ser a principal estrela da imprensa na cobertura das eleições presidenciais norte-americanas. E vai perdendo terreno: às vésperas das primárias em Nova Iorque (marcadas para 19 de abril), ele está com 704 delegados contra 740 do governador de Massachusetts, Michael Dukakis.

Mesmo assim, é um feito surpreendente para um negro candidato a candidato à Presidência dos EUA. Jackson está atraindo os votos dos norte-americanos desiludidos com a "democracia" ianque e que participam das eleições primárias dos partidos. Mas suas chances são poucas.

O candidato a candidato precisa garantir os votos de 2082 convencionais na plenária do Partido Democrata. Está difícil para qualquer dos

postulantes alcançar esse número. Mas Dukakis, além da permanente liderança das primárias até o momento, conta com a simpatia — e os votos — da maioria dos 800 "superdelegados".

CANDIDATO DOS RICOS

Esses "superdelegados" são os bionicos das eleições norte-americanas, Senadores, deputados, governadores, prefeitos, presidentes locais do partido, que são membros natos da convenção. E que não estão desiludidos com a democracia norte-americana. Pelo contrário, beneficiam-se dela. A eles não interessa mesmo as tímidas reformas de fachada preconizadas por Jackson. E menos ainda interessa ter um negro como o candidato do Partido Democrata.

Isso ficou demonstrado nas primárias de Wisconsin. Jackson vinha se beneficiando de grandes espaços na imprensa. E nessas primárias era prevista a participação de 200 mil eleitores. O resultado foi surpreendente: 1 milhão de votos.

Dukakis ficou com 47%, e Jackson com 28% dos delegados. Um inesperado interesse do povo pelo voto? Não. Os caciques do Partido Democrata entraram em ação para garantir a vitória de Dukakis, o "candidato dos ricos", como está sendo chamado. Muito

dinheiro rolou, numa demonstração típica do que é a democracia ianque.

A convenção democrata será realizada em julho, com 4.162 delegados. É uma festa, com muita algazarra, balões coloridos, chapéus, fantasias, espetáculos de dança e música. Mas não é uma festa democrática. Pelo contrário, enquanto os delegados ficam se divertindo, os magnatas que mandam no partido realizam seus negócios para decidir quem será o candidato à presidência.

É uma festa do partido para o partido, ao que tudo indica. As previsões de que o Partido Democrata possa ganhar as eleições presidenciais são cada vez mais raras. George Bush, ex-chefe da CIA e vice-presidente de Ronald Reagan é o franco favorito do pleito de novembro.



Jackson (ao centro) e seus adversários do Partido Democrata

ALBÂNIA

Vitórias na política externa

Foi assinado recentemente no Ministério de Relações Exteriores da Albânia um acordo de cooperação econômica, industrial e técnica entre os governos da República Popular Socialista da Albânia e da República Francesa. Este acordo prevê a colaboração nos domínios da indústria, da agricultura, da construção, do transporte etc, com o objetivo de incrementar as trocas e o comércio entre os dois países.

Da mesma forma foram assinados também acordos na área cultural que estimulam o desenvolvimento das relações científicas, técnicas, artísticas,

cinematográficas, no campo da rádio e da televisão, do ensino, dos esportes etc.

Pela parte albanesa, os acordos foram assinados respectivamente pelo vice-ministro das Relações Estrangeiras, Sokrat Plaka, e por Alfred Uçi, presidente do Comitê de Cultura e das Artes, e representando os interesses franceses, Didier Bariani, secretário de Estado vinculado ao ministério dos Assuntos Estrangeiros da França.

COM A IUGOSLÁVIA

Dois dias depois de assinados os acordos de cooperação

com a França, em Tirana, capital da Albânia, foi firmado outro importante termo de colaboração, desta vez com a Iugoslávia, nos campos científicos, cultural e de ensino. O acordo prevê troca de informações e pontos de vista a respeito das várias áreas, assim como visitas mútuas de cientistas, técnicos, professores etc, dentro de um programa de atividades que se desenvolverão nos anos de 1988 e 1989 a ser firmado neste mês de abril.

Os albaneses se fizeram representar na assinatura dos acordos por Jorgo Melice, e os iugoslavos por Marian Sterbasic.

Internacionalismo

Ao contrário do que a imprensa anticomunista propaga, a Albânia não é um país isolado. Mais do que isso, a pequena nação socialista dos Balcãs vem ampliando suas relações internacionais, que abarcam atualmente 111 países. Contudo, ao estabelecer essas relações estatais, o governo socialista albanês não trai os princípios marxistas-leninistas e o compromisso de solidariedade com as lutas do proletariado de todo o mundo. O dirigente albanês, Ramiz Alia abordou recentemente esse assunto no seu informe ao IX Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, do qual publicamos os trechos abaixo:

"A política externa de nosso partido e de nosso Estado, sua tomada de posição e sua ação no cenário internacional estão vinculadas aos nobres objetivos de nosso povo e de nosso próprio partido, que são os de salvaguardar e de reafirmar a liberdade e a independência da pátria, reunindo as condições de paz necessárias para garantir a construção socialista do país e o cumprimento de nossos deveres internacionalistas.

"Não procuramos impor aos outros nosso modo de vida, nem nosso modo de pensar. Mas também não aceitamos que outros nos imponham os seus.

"A República Popular Socialista da Albânia defende o desenvolvimento de relações econômicas e de cooperação com todos os países com os quais tenhamos relações.

Encaramos, essa conduta não apenas como um meio que assegure vantagem econômica mútua, mas também uma preciosa contribuição ao desenvolvimento normal das relações internacionais. Neste sentido, todos os países devem promover trocas comerciais sobre a única base da vantagem mútua e lutar para que estas trocas não sejam utilizadas por uma parte como meio de pressão para impor ao outro concepções e atitudes políticas que eles mesmos não possam aceitar.

"Temos nos beneficiado e assimilado tudo o que o mundo criou e tem criado de positivo e progressista. Partindo daí, somos favoráveis às trocas e relações culturais, mutuamente aceitáveis com todos os países com os quais tenhamos relações.

A memória não falhou

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, e sua mulher, Nancy, ganharam mais dinheiro que no ano anterior e pagaram menos impostos. Segundo o porta-voz presidencial, Marlin Fitzwater, o casal Reagan ganhou no ano passado 345.359 dólares e pagou 86.638 dólares em impostos, depois das deduções. Em 1986 eles ganharam 336.640 dólares e pagaram 92.600 impostos. É claro que esses são os rendimentos declarados. O que entra por baixo do pano não conta. Como uma mansão suntuosa que o casal ganhou de amigos na Califórnia. Ronald e Nancy não quiseram que a mansão fosse registrada em seus nomes, pois acarretaria em impostos. Embora tenha memória curta sobre os fatos do escândalo Irã-contras, Reagan parece não ter se esquecido como domar o "leão" ianque.

Violando a convenção

O governo de Israel expulsou, no dia 11, mais oito palestinos acusados de liderarem os protestos contra a ocupação militar da Cisjordânia e Faixa de Gaza pelas tropas sionistas. Outros 12 estão para ser expulsos. Os palestinos são levados de helicóptero até a região do Líbano também ocupada por Israel e abandonados à própria sorte — sendo alvos fáceis para os grupos militares sionistas que atuam na área. Essas medidas contrariam as Convenções de Genebra. No mesmo dia 11, uma greve geral convocada pela OLP paralisou o comércio nos territórios ocupados pelos sionistas. O número oficial de palestinos mortos pelas tropas de Israel já beira os 150. A maioria dos mortos tem menos de 20 anos.

Penetração ianque

A empresa norte-americana Honeywell, que fabrica equipamentos para o controle de produção de fertilizantes, é a mais nova sócia da URSS. Segundo um acordo com o governo de Gorbachev, a Honeywell investirá, logo neste ano, cerca de 20 milhões de dólares no empreendimento que visa explorar os operários soviéticos. No mesmo dia em que era anunciado este negócio, outros 400 empresários do Estados Unidos, liderados, pelo secretário do Comércio ianque, William Verity, desembarcavam em Moscou em busca de novos acordos para extrair a mais valia do proletariado russo. Ao mesmo tempo, o governo Gorbachev anunciava a abertura de inscrições para o concurso "Miss Moscou 88", que escolherá, de acordo com os "padrões de beleza Ocidental", a mais bela moscovita. Exige-se que as candidatas tenham no máximo 1 metro e 70 de altura, 60 cm de cintura, 90 cm de quadril e também 90 cm de busto. Não é necessário ser alfabetizada.

Empréstimo externo

Os adeptos de Gorbachev se curvaram às regalias dos empréstimos externos. O Banco de Assuntos Econômicos Estrangeiros da URSS assinou um acordo, dia 12, emprestando 50 milhões de dólares para o Abu Dhabi Commercial Bank e Abu Dhabi Investment Co. É o primeiro empréstimo dos "socialistas" soviéticos a um banco doméstico dos Emirados Árabes Unidos. O empréstimo constitui a primeira grande transação financeira desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e os Emirados Árabes Unidos.

Desemprego real

Cerca de 2 mil empregados da empresa de construção VAEV foram "liberados" (demitidos). Os sindicatos criaram a primeira seção sindical de desempregados. "Eu trabalhava há 26 anos da VAEV. Era minha segunda casa", lamenta um operário, Karoly Szalai. Ele é um dos 30 mil desempregados do país. Que país é esse? A Hungria que, não ria, mas se diz socialista. Do "socialismo criador" ou "socialismo real" que Krushev inaugurou e Gorbachev continua na URSS, e que os países satélites do social-imperialismo soviético seguem com fidelidade canina. "O mercado deve decidir onde e quando se produz", afirmou o dirigente do Partido "Comunista" da Hungria, Istvan Krankovits, tentando justificar a Karoly Szalai e outros operários o fechamento da empresa e desemprego no país onde, pretensamente, a classe operária estaria no poder...

Capital legalizado

Quem foi a favor preferiu se esconder atrás do voto secreto, mas a Assembléia do Povo da China aprovou, dia 12, uma emenda à Constituição que legaliza a existência de empresas privadas e a venda de terras no país que se diz socialista. A emenda ainda autoriza a possibilidade de transmissão por herança do direito de exploração de terras agrícolas. Ao tempo em que legalizam os sagrados direitos do capital internamente, os dirigentes chineses querem também aumentar a "exportação de mão-de-obra" — ou seja a venda de trabalhadores chineses para "capitalistas ocidentais".

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- Anual para o Exterior US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista SP CEP: 01318



Ramiz Alia, dirigente albanês

Leia
Tribuna
Operária

PARTIDOS

Aonde vão os progressistas do PMDB?

O deputado Vicente Bogo, um dos peemedebistas com atuação mais avançada na Constituinte, diz à Tribuna Operária que o rompimento com o governo é mesmo irreversível. Mas relata as dificuldades para fundar um novo partido e, mais que isso, para dar a ele contornos realmente progressistas.

Desde o último dia 8, quando o senador José Richa entregou ao deputado Ulysses Guimarães um manifesto contendo as assinaturas de 93 constituintes peemedebistas que rachavam com o governo do presidente Sarney, uma grande dúvida passou a ocupar a atenção de todos os que procuram compreender a fundo a política brasileira e seus rumos. Para onde convergirão os dissidentes do PMDB? Eles terão força e vontade para deixar o velho partido ou, no final das contas, hesitarão em abandonar a vaca leiteira do doutor Ulysses?

A questão é ainda mais complicada porque, como os bons observadores puderam perceber, a lista de signatários do manifesto inclui parlamentares de tendências diversas. Ao lado de gente com posições avançadas, como os integrantes do MUP, figuram homens que se caracterizam nos últimos meses como defensores do "capitalismo" moderno, ou de postura indefinida. Entre eles, o próprio porta-voz do grupo, o senador Richa.

Dessa forma, tornou-se necessário fazer mais uma pergunta para equacionar o movimento dos peemedebistas anti-Sarney. Na hipótese de formação de uma nova agremiação, ela terá de fato caráter progressista?

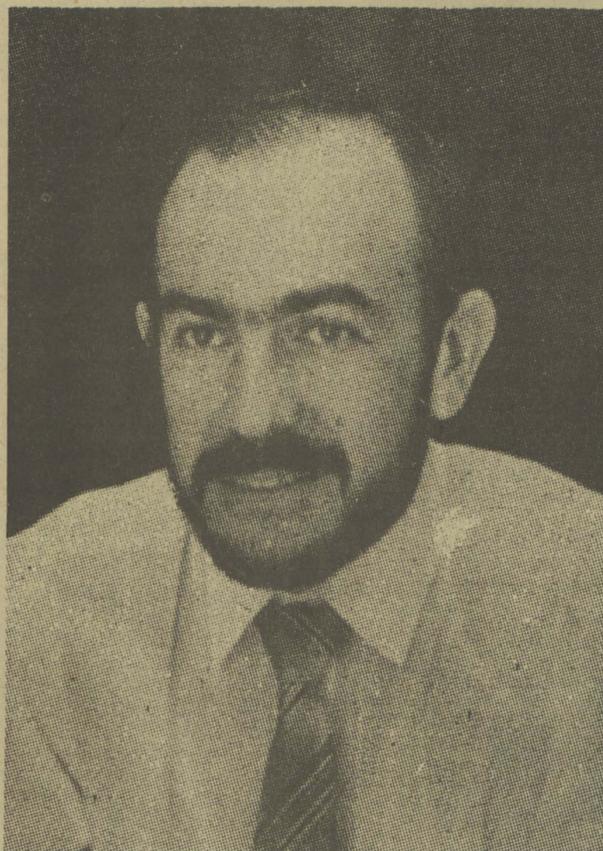
A respeito de tudo isso, a Tribuna Operária ouviu, no último dia 14, o deputado Vi-

cente Bogo, do PMDB do Rio Grande do Sul. Suas opiniões precisam ser analisadas com atenção, porque além de tudo Bogo integra um grupo de cerca de 30 peemedebistas que ainda não deixaram a legenda, que assinaram o manifesto de rompimento com Sarney e que se distinguem por procurarem o alinhamento com teses marcadamente progressistas. Outros membros expressivos do grupo são Nelson Friederich (PR), Hermes Zanetti (RS), Haroldo Sabóia (MA), Francisco Kirsten (SC), Paulo Ramos e Anna Maria Rattes (RJ), e Koyu Iha (SP).

"NÃO HAVERÁ RECUE"

Bogo foi firme e incisivo ao comentar o futuro do grupo. "Não vai haver recuo", disse ele a respeito da perspectiva de rompimento com o Planalto e com o setor do PMDB que assumiu a defesa das teses da direita.

Lembrou, a título de ilustração, que os constituintes peemedebistas mais avançados já haviam manifestado em vários momentos, desde a instalação da Assembléia, sua oposição às medidas conservadoras do governo e de parte importante da legenda majoritária. "Ao percebermos que a tendência ao alinhamento com as posições da grande burguesia e do capital externo se consolidou — diz ele — o afastamento definitivo tornou-se a única opção".



Bogo: por um partido progressista, que exclua a direita.

O parlamentar gaúcho considera que a formação de um partido com programa nitidamente progressista seria a melhor solução para o grupo. Mas aponta os obstáculos que se colocam diante desta alternativa.

O primeiro deles é a legislação eleitoral extremamente restrita que permanece em vigor. Esta legislação impõe

um processo extremamente complicado para que novas legendas obtenham registro legal e participem dos pleitos eleitorais. Ocorre que o projeto de lei que o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, está elaborando para regulamentar as eleições municipais de 15 de novembro próximo mantém na íntegra todos os trâmites previstos neste processo, o que pode inviabilizar

a participação independente da ala avançada do PMDB. Ibsen atua em conjunto com o deputado Ulysses Guimarães, e pretende justamente sustar, através de medidas administrativas, o esvaziamento da legenda majoritária.

LIBERALIZAR A LEI

Para eliminar esta ameaça, Bogo propõe a elaboração, em conjunto com os partidos progressistas, de um substitutivo que torne menos severos os requisitos para concorrer ao pleito. A favor desta posição pesa o argumento óbvio de que a Constituinte redefiniu o perfil político-ideológico dos partidos. Dentro de agremiações que até 1986 mantinham razoável grau de unidade surgiram divergências inconciliáveis, e não é aceitável colocar as legendas sob camisas-de-força que impeçam que os pontos de vista antagônicos se apresentem aos eleitores.

O obstáculo legal não é, porém, o único nem o maior que se coloca diante da formação de um novo partido. O deputado Vicente Bogo explica com detalhes que há também dificuldades políticas e que estas, mais que quaisquer outras, ameaçam pulverizar os peemedebistas dissidentes.

FRENTE SEM PRINCÍPIOS

O fato é que há, entre os que pretendem sair do PMDB, parlamentares que estão ávidos por abandonar uma sigla mal-vista pelos eleitores, mas que relutam em assumir posições avançadas e pretendem formar uma agremiação "nova" na aparência, porém sem conteúdo político preciso. Estes parlamentares falavam sistematicamente, na semana pas-

sada, na hipótese de se unir a gente como Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Nelson Marchezan (PFL-RS), que estão em disputa com a direção de seu partido.

Bogo rejeita terminantemente esta solução. Garante que ele e seus companheiros estão dispostos a uma articulação ampla, e concordam em formar um partido que inclua setores de centro-esquerda. Não admitem, porém, a participação dos setores de centro-direita, o que daria caráter nitidamente fisiológico à legenda. "Chegaríamos à mesma situação que caracteriza o PMDB de hoje", lembra ele. "Poderíamos até obter certo êxito eleitoral imediato, mas não teríamos condições de influir positivamente na solução dos problemas mais profundos e importantes do país".

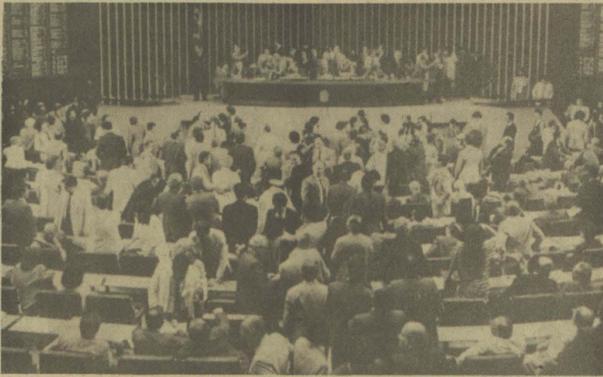
O PAPEL DE COVAS

O deputado gaúcho ressalta que o papel dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso será decisivo nos próximos dias. Eles, que acabaram se tornando referências dos dissidentes, têm a grande oportunidade de liderar a formação de um partido de centro-esquerda forte e de posições definidas. Basta que assumam a postura conseqüente que se impõe.

Se optarem por atrair os conservadores, no entanto, não contarão com o setor mais progressista do PMDB. Neste caso, Bogo prevê que poderá haver uma autêntica diáspora entre os dissidentes. Uma parcela importante acabará permanecendo no partido, e os demais se dividirão entre as outras agremiações que compõem o espectro partidário. (Antonio Martins)

CONSTITUINTE

Um voto no arbítrio



A Constituinte manteve intocada a estrutura militarista

aprovaria o pedido de destaque por considerar que negá-lo significaria "uma violência contra o direito de quem quer votar".

No encaminhamento da votação, Haroldo Lima procurou mostrar ao plenário que a manutenção do Estado de Defesa no texto constitucional representaria uma violência inadmíssível, pois trata-se de um instrumento autoritário, fruto do regime militar. A figura do Estado de Defesa, conforme lembrou o deputado, não faz parte da tradição constitucional brasileira, tendo sido introduzida na Carta Magna em duas oportunidades durante regimes de exceção. A primeira delas na Constituição de 1937, a chamada "polaca", que respaldou o Estado Novo. A segunda, por meio da Emenda Constitucional n.º 11, de 1978. Nem mesmo a Constituição outorgada pelos militares em 1969 incluía tal figura.

Além disso, o Estado já dispõe (assim prevê a nova Constituição) o instrumento do Estado de Sítio, não se justificando a adoção de uma outra figura arbitrária, o Estado de Defesa, que pode ser acionado pelo presidente da República sem a prévia aprovação do Congresso Nacional. Apesar dessas ponderações, o Estado de Defesa foi aprovado por 354 votos contra apenas 88.

FORÇAS ARMADAS

O outro ponto central das discussões foi sobre o papel constitucional das Forças Ar-

madas. Conforme o texto do "Centrão" e da Comissão de Sistematização as Forças Armadas são responsáveis pela defesa da lei e da ordem. Essas duas palavras-chave dão constitucionalidade à possibilidade de intervenção das Forças Armadas na vida política nacional, ou seja, dão respaldo a prováveis golpes militares.

Através da fusão de emendas do PC do B, PT e de Waldir Pugliese, do PMDB, os progressistas pretendiam recuperar a formulação da Comissão Afonso Arinos, que neutralizava parcialmente o poder de intervenção dos militares. Nem o texto oriundo da "Comissão dos Notáveis", no entanto, foi aprovado. A fusão dos destaques foi rejeitada por 326 votos contra 102 e cinco abstenções. Com isto, a Constituinte, com o apoio de diversos constituintes tidos na conta dos progressistas, manteve inalterado o poder dos militares tutelarem a sociedade e a política brasileira.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Na quinta-feira teve início a votação do Título VI, que trata da Tributação e Orçamento. O governo federal sofreu uma primeira derrota. A Carta Magna prevê, agora, que o direito de arrecadar os impostos únicos (sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, minerais, transportes e comunicações) deixa de ser da União. Esses recursos passam a ser dos Estados e Municípios e são cobrados junto com o ICM. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).

CPI DA CORRUPÇÃO

Governo teme o desgaste

A cada sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apura a corrupção nos meios governamentais, fica mais evidente que o Palácio do Planalto está atolado num mar de lama. Na de quinta-feira, dia 14, por exemplo, surgiu a denúncia de que um outro decreto do governo, favorecendo o Fundo da Marinha Mercante, gerou um rombo nos cofres públicos de cerca de US\$ 150 milhões.

Durante seu depoimento na CPI da Corrupção, no dia 14, o ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, voltou a afirmar que os corruptos estão "mais próximos do que o razoável" do presidente Sarney. Ele reconheceu que a política oficial do governo, "de fisiologia e troca de favores", estimula a corrupção, o uso ilícito de dinheiro público. Sobre o decreto 94.233, que absurdamente fixou um reajuste retroativo para todos os contratos do governo com empreiteiras, desde novembro de 86, o ex-ministro se isentou em culpa e taxou-o de "inexplicável, lesivo e injustificável". Só através desse decreto, elaborado no Palácio do Planalto, o país teve um prejuízo de US\$ 600 milhões.

NOVO CONFRONTO

Não é para menos que o tra-

PC do B

Uma bancada nota 10

O deputado Edmilson Valentim (PC do B) foi um dos 13 deputados cariocas a receber nota dez do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) por sua atuação na Assembléia Constituinte.

Dos 49 parlamentares cariocas, 13 foram aprovados pelo DIAP ao receberem notas inferiores a cinco. Dois constituintes receberam nota zero (Alvaro Vale e Denysar Carneiro) por sua atuação.

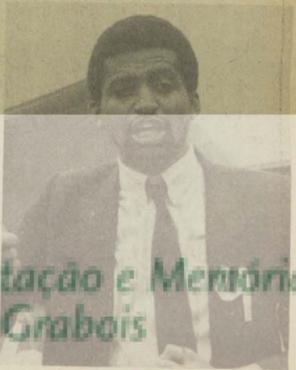


O Senador Alexandre Costa (a esq.) tumultuou a sessão

balho da CPI da Corrupção está sendo considerado por Sarney como "terrorismo moral" contra seu governo. A preocupação do Palácio do Planalto é com o avanço das investigações da comissão parlamentar, que até agora tem desvendado inúmeros casos de podridão e desgastado ainda mais a imagem do governo.

Para esconder as sujeiras, a nova tática de Sarney é a de bombardear os trabalhos da CPI. Para isso, ele formou um

grupo de parlamentares governistas, batizado ironicamente de "batalhão de choque", que tem como tarefa inviabilizar as investigações. Na primeira ação desse grupo, na quarta-feira, faltou pouco para que os trabalhos da comissão terminassem em pancadaria, provocada pelo direitoista Alexandre Costa, senador do PFL do Maranhão. O confronto entre a CPI e o governo Sarney promete esquentar nos próximos dias — e mais corrupção virá a público.



Edmilson: nota máxima do DIAP

CONGRESSO DO PC DO B

Unidade e emoção

Os trabalhos de preparação do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil entram em sua fase final. Com a realização de assembleias de base, conferências distritais e municipais e inclusive algumas conferências regionais, o PC do B passa por intensa fase de debates políticos em torno das teses apresentadas pela direção nacional. "São quase 100 mil filiados envolvidos nestas discussões", relata o secretário-geral do partido, Dynéas Aguiar, que vem acompanhando junto com a comissão executiva a organização do Congresso.

AS CONFERÊNCIAS

O Maranhão foi um dos Estados a completar, com a realização da conferência regional nos dias 8, 9 e 10 últimos, suas discussões e a eleição dos delegados para a assembleia final do congresso. Como características principais, Dynéas destaca o fato de que lá o partido avançou muito na frente operária e camponesa: — "Cerca de metade dos filiados na campanha de legalização do partido no Estado são operários e camponeses, 700 e 1500 respectivamente. Com isso, o PC do B vai se projetando no Maranhão como uma força política importante, especialmente junto aos explorados do campo e da cidade.

Estiveram presentes na abertura da conferência em São Luís, além de representantes de outros partidos políticos e entidades democráticas como a OAB, o PT, o PDT, duas senhoras que trouxeram muita emoção ao ato: foram d. Francisca Conceição Silva, viúva de Nonatino, dirigente regional do PC do B, assassinado por pistoleiros há três anos, e d. Olímpia Mochel, mãe de Augusto Mochel, falecido recentemente num trágico acidente, que se filiou ao partido para dar continuidade à luta de seu filho. Segundo declarou na conferência, "o PC do B é o único partido no Brasil capaz de dar consequência à luta do povo".

A manifestação dos camponeses no evento também marcou profundamente os trabalhos, especialmente quando um de seus representantes afirmou: — "A reforma agrária que queremos não é a do Sarney e do governador Cafeteira, mas a do PC do B, o partido da classe operária e dos camponeses, que vai garantir a

produção e a assistência aos trabalhadores rurais do Maranhão!"

Em Sergipe, a emoção também esteve presente na conferência do Estado. Os delegados reunidos representavam mais de 2 mil filiados sergipianos, organizados em 15 municípios do Estado. Em sua resolução política, o partido constata que "não se isolou, nem caiu no idealismo de apontar soluções distanciadas da realidade objetiva, nem tampouco deixou-se levar à reboque das forças que, com independência e pontualmente, apoiou em alguns momentos". A conferência reafirmou a necessidade que o Partido vem propondo de ampla união de forças verdadeiramente democráticas e progressistas como forma de se apresentarem como alternativa aos setores reacionários.

AO SOM DA INTERNACIONAL

Durante dois dias de discussão, cerca de 150 pessoas, entre delegados e convidados, participaram da conferência de Pernambuco, em Recife. Luciano Siqueira, presidente estadual do PC do B, destacou na ocasião que "é gravíssima a crise econômica regional com repercussões sobre a vida do povo. O governo Arraes sofre um desgaste em todos os níveis, frustrando expectativas das massas ao desenvolver uma política conservadora. A situação dos pernambucanos vem se deteriorando a cada momento, num retrato de desemprego, fome e miséria".

Por outro lado, continuou Siqueira, "esta 4ª Conferência regional do PC do B acontece numa fase de afirmação da legenda no Estado, aumentando sua influência em diversas localidades, crescendo sua atuação em vários segmentos do movimento popular e de mais categorias profissionais". Finalizando sua intervenção, o dirigente do partido lembrou a luta daqueles militantes que tombaram em defesa da implantação do socialismo no Brasil. Entre eles, Siqueira destacou a militância de Rui Soares Frazão, dirigente do PC do B, assassinado em 1974 pelo Doi-Codi. Bastante emocionado, Luciano propôs que, a partir de então, Rui Frazão fosse considerado presidente de honra do PC do B em Pernambuco, o

que fez o plenário se levantar e aplaudir calorosamente a iniciativa.

Ao contrário das convenções dos partidos burgueses, a 4ª Conferência do PC do B, em Pernambuco, registrou uma democrática participação dos delegados e convidados — estes últimos apenas com direito a voz. Operários, camponeses, estudantes, donas-de-casa, profissionais liberais, intelectuais ali estiveram contribuindo significativamente para o debate que foi encerrado com o conhecido grito de guerra do partido: 1, 2, 3, 4, 5 mil e viva o Partido Comunista do Brasil, sendo logo em seguida cantado o hino da Internacional.

Em Santa Catarina, onde o PC do B que é um partido constituído basicamente de jovens militantes, também aconteceu a sua Conferência regional no último fim de semana. Mais de 250 militantes elegeram seus delegados para o 7º Congresso e debateram todas as teses nacionais, fazendo indicações para o desenvolvimento da atividade partidária no Estado.

Para o ato de encerramento do 7º Congresso, em 15 de maio, já foi confirmada a presença de vários artistas e convidados, com destaque para a Orquestra Sinfônica de Campinas, dirigida pelo maestro Benito Juarez, com 110 integrantes. Ela deverá interpretar várias partituras de músicas brasileiras e também a da Internacional.

FILIAÇÃO NA PARAÍBA

O PC do B também obteve uma expressiva vitória com a recente filiação de Ivan Freire, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande e da CGT da Paraíba. O líder sindical é um dos mais respeitados no Estado, sendo conhecido por sua dedicação às lutas dos trabalhadores e grande combatividade. Conforme ele explicou no ato oficial de sua filiação, "entro no PC do B por reconhecer nesse partido o instrumento de luta dos trabalhadores. Nos meus vários anos de ação sindical, aprendi a respeitar o PC do B por sua coerência, seriedade e postura revolucionária". O próprio Ivan garante que trará para as fileiras do partido "inúmeros companheiros com disposição de combate". (das Sucursais)

Imposto para os ricos

Opinião Parlamentar



Lidice da Mata
PC do B — Bahia

A Constituinte começou a votar o capítulo referente ao Sistema Tributário. Embora seja um tema extremamente árido, ele aborda algumas questões fundamentais para o fortalecimento dos Estados e municípios e para o início de uma efetiva política de distribuição de renda.

A bancada do Partido Comunista do Brasil luta em plenário para que a Constituinte garanta efetivamente uma ampla reforma tributária, que fortaleça os Estados e municípios, diminuindo a sua total dependência das verbas federais e, ao mesmo tempo, buscará a aprovação de instrumentos de tributação que consagrem a tese de que o imposto tem uma função social, que a tributação deve ter um caráter democrático e que os impostos diretos devem prevalecer sobre os indiretos.

O governo federal abriu suas baterias contra a reforma proposta pela Comissão de Sistematização. Segundo o texto proposto, até 1993 os municípios teriam um aumento de aproximadamente 30% em suas receitas. Os Estados teriam um acréscimo de 16% e a União sofreria uma redução da ordem de 23%. Os setores conservadores, tendo à frente o Palácio do Planalto, argumentam que essas medidas podem inviabilizar a prestação de serviços por parte do governo federal.

O argumento é totalmente falso. Essas modificações se darão de forma gradual. Não significam uma brusca perda da receita do governo federal. A reforma tributária

é decisiva e necessária para a democratização da gestão da coisa pública no Brasil.

Outro aspecto importante desse capítulo diz respeito à manutenção do imposto sobre herança e sobre grandes fortunas, aprovado pela Comissão de Sistematização e que, agora, poderá ser derubado pelos integrantes do "Centrão". A bancada do PC do B entende que a manutenção desses itens tem importante papel na distribuição da renda no Brasil. A bancada defende, também, a progressividade sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como forma de garantir que a função social da propriedade urbana seja uma realidade. E pre-

ria a supressão da isenção do imposto de renda sobre as exportações, o que seria um privilégio inaceitável, e a isenção do imposto sobre proventos da aposentadoria para os que têm mais de 65 anos.

Nessa questão, a posição do PC do B era ainda mais ampla, defendendo a isenção total do imposto de renda sobre os proventos dos aposentados. No entanto, dada a correlação de forças desfavorável, concordamos com a proposta que limitava a isenção aos aposentados com mais de 65 anos.

Com essas posições, os comunistas julgam estarem dando os passos mínimos no sentido de uma política tributária justa e democrática.

ESTATAIS

Governo quer vender já

A entrega das estatais não é mais uma ameaça a longo ou médio prazo, é um passo que o governo Sarney prepara-se para dar nos próximos dias ou semanas, dentro do conjunto de medidas que vem adotando para internacionalizar ainda mais a economia do país, fechar um acordo com o FMI e firmar uma base política razoável entre a grande burguesia brasileira. Se havia alguma dúvida em relação a estas afirmações, ela pode ser desfeita na semana passada, quando duas decisões importantes do Palácio do Planalto sinalizaram "privatizações de vista".

A primeira decisão foi a de modificar o projeto de lei enviado ao Congresso no último dia 29, e já comentado pela **Tribuna Operária** em sua edição de 4 de abril. O projeto permitia a privatização indiscriminada das estatais, e pressões contra ele partiram de várias áreas, inclusive de setores do governo. Sua rejeição era mais que provável. Diante disso, o Palácio do Planalto aceitou com sua "retirada", no último dia 12. Poucas horas

mais tarde, veio à luz a versão real do fato. O governo procedeu apenas a uma pequena modificação no artigo 6º do texto, colocando alguns empecilhos à venda completa da Petrobrás. Acredita que agora o projeto poderá ser mais facilmente assimilado pelo Legislativo.

As articulações privatizantes não ficaram só nisso. No mesmo dia 12 o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, anunciou um novo decreto, determinando o repasse ao setor privado de catorze emissoras de rádio e uma de TV. Prometeu também "surpresas" para breve. Questionado pelos jornalistas, acabou revelando que o governo planeja utilizar-se do decreto-lei 95.886, também do final de março, para abrir mão do controle da Usiminas, uma das três maiores siderúrgicas do país.

Vale a pena conhecer os detalhes mais importantes deste decreto. Logo no artigo 14, fica claro que ele tem por objetivo "transferir para a iniciativa privada" atividades em que

opera o Estado, e que a "conversão da dívida externa" será um dos mecanismos principais utilizados para chegar a este resultado. Ou seja, a privatização será feita com base na venda de ações das estatais aos credores externos do país.

O artigo 2º, porém, é ainda mais manifestamente lesivo aos interesses do povo e do país. Ele estabelece regras especialíssimas para a transferência de estatais para o setor privado, ao dizer que este processo poderá ser feito através de "alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações". Em outras palavras, o governo poderá até mesmo ceder seus bens para uso de particulares, sem qualquer ônus para os beneficiários.

Não poderia haver favorecimento mais despropositado e imoral, em benefício dos grandes capitalistas brasileiros. Resta saber se as forças progressistas do país tomarão a iniciativa de reagir para impedir a consumação do absurdo.

DÍVIDA EXTERNA

Capitulação sem disfarce

De joelhos diante das imposições do FMI e dos banqueiros estrangeiros. É esta agora a posição do Brasil no chamado Grupo dos 24, que reúne os países devedores, atualmente presidido pelo ministro da Fazenda do governo Sarney, Mailson da Nóbrega.

A começar pelo tom dos pronunciamentos e das reivindicações, é patente a mudança de posição em relação à época em que o grupo era presidido pelo ex-ministro Dilson Funaro. "Nós, nos países em desenvolvimento, devemos entender que a experiência dos anos 70, quando havia disponibilidade de capitais, não vai se repetir. Teremos que nos fiar mais na poupança interna e precisamos ajustar nossas próprias economias", afirmou Mailson da Nóbrega durante a reunião do Grupo dos 24 realizada em Washington no último dia 12.

Isto significa que o governo abdicou até mesmo das últimas solicitações de novos créditos, acha prudente não mais criar conflito com a toda-poderosa banca internacional e

dispõe-se a engolir as amargas receitas de "ajustamento econômico interno" ditadas pelo FMI.

RENEGOCIAÇÃO

No mesmo rumo delineado na reunião do Grupo dos 24 caminha a renegociação do endividamento entre bancos, FMI e a equipe do governo Sarney. Mailson já exibiu aos agiotas estrangeiros o trunfo do arrocho salarial dos trabalhadores do setor público. O golpe foi profundo, agradou o patronato estrangeiro, mas ainda assim foi considerado pequeno.

Os banqueiros querem bem mais. E Mailson promete que vai satisfazê-los. Acena agora com novos cortes sobre as despesas em geral, dos órgãos e empresas públicas e, em especial, com a redução dos investimentos das estatais (que, por sinal, já está ocorrendo, só que será aprofundada). "Provavelmente nos próximos dias estaremos rediscutindo o orçamento da União. Nós precisamos cortar algo como o equivalente a 1% do PIB em des-

pesas públicas", garantiu o ministro.

Evidentemente, tudo isto significa o agravamento do processo recessivo em que a economia está mergulhada desde 1987. Para o FMI e os credores, entretanto, é isto aí mesmo. Expressa o tal "ajustamento interno da economia" e, muito embora signifique o empobrecimento nacional, assegura polpudos lucros aos monopólios alienígenas. Uma "missão técnica" brasileira prepara-se para avisar-se com o FMI a partir do próximo domingo (dia 17) e deverá levar na bagagem as "boas novas".

De quebra, divulgou-se nesta última semana que o empréstimo negociado pelo governo com os banqueiros já não é mais de 5,8 bilhões de dólares, mas de 5,2 bilhões de dólares, já que a esperada economia advinda da redução do "spread" (para 0,8125%) e da semestralidade nos pagamentos dos juros (antes eram trimestrais) deverá ser descontada (a economia prevista é de 600 milhões de dólares).



A exemplo de outros três Estados da federação, o PC do B em Pernambuco realizou sua conferência regional, fortalecendo a unidade e a disposição de luta do partido.

EMPRESAS NACIONAIS

Resistência às múltiplas

Diante da ofensiva entreguista do governo Sarney, que tem fortes reflexos no interior da Constituinte, seis entidades representativas de pequenas e médias empresas nacionais estão distribuindo dois documentos defendendo a "preservação da soberania e independência do país". Os textos foram elaborados pela Coordenação Nacional da Campanha em Defesa da Empresa Nacional na Constituinte, que congrega as seis associações empresariais (Flupeme, Abifina,

Alanac, Assibrab, Abradi, Aliflar e Adislab).

A mobilização desse setor tem um cunho antiimperialista. Os pequenos e médios empresários estão preocupados com a ação de parlamentares do Centrão que, numa atitude "antipatriótica", pretendem anular algumas conquistas do setor aprovadas na Comissão de Sistematização. Através dos documentos e de visitas a Brasília, a coordenação da campanha objetiva exercer pressão organizada sobre os

constituintes. Ela considera que se forem aprovados "os artigos como estão no relatório Cabral da Comissão de Sistematização, abre-se um novo tempo para o desenvolvimento da empresa nacional".

O temor dos pequenos e médios empresários é com a ofensiva do capital estrangeiro no país e a subserviência do governo Sarney. A campanha visa pressionar pela aprovação de medidas que "protejam as empresas nacionais e as diferenciem das multinacionais".

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Por que Lula dá razão a Golbery

Em 1902 Lênin já afirmava que "a história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência *trade-unionista*, quer dizer, a consciência de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários"... E demonstrava que a consciência revolucionária precisa ser introduzida por uma organização de vanguarda, portadora de uma teoria social tratada ao nível de ciência.

ESTREITANDO LAÇOS

Quem lê este texto hoje, sem conhecer o autor e a data de publicação, poderia perfeitamente pensar que ele foi escrito para rebater as opiniões de Lula, numa entrevista ao "Jornal da Tarde", no último dia 11.

Numa determinada altura, o líder petista diz: "O papel do sindicato é o de representar os interesses da classe trabalhadora, tentando estreitar cada vez mais o relacionamento entre o capital e o trabalho." E mais adiante tira uma conclusão magistral: "Quando você faz um bom sindicalismo, você eleva o nível de consciência de classe e assim estará politizando o trabalhador".

Que consciência e que politização, forjadas na tentativa de estreitar os laços entre capital e trabalho? E mesmo no esforço para resistir à exploração, como fazem os sindicalistas avançados?

Mas Lula é mais explícito ainda: "Se é verdade que o Luiz Antônio quer melhorar as condições de vida para a classe trabalhadora, essa é também a vontade de todos os dirigentes sindicais, seja o pelego convencional, o neo-pelego ou o de esquerda e progressista. O problema é que o Luiz Antônio omite a questão política da classe trabalhadora."

DIFERENÇA E SEMELHANÇA

O problema exatamente não é a omissão da política. O essencial é que a política com base sindicalista não passa do reformismo. Depois, enquanto os reformistas podem "querer" melhorar as condições dos trabalhadores, os pelegos fazem abertamente o jogo patronal, sabotando a luta operária. Mas uns e outros, no fundo, objetivamente, acabam servindo à burguesia, por se constituírem em empecilhos à consciência e à política revolucionária, socialista.

Lênin falava precisamente que, por apegar-se "à luta política que surge espontaneamente do movimento operário", os reformistas se recusam a elaborar uma política revolucionária que corresponda aos objetivos gerais do socialismo.

Completando a confissão de sua cegueira Lula aceita a tese, segundo ele próprio formulada por Golbery, de que bastaria fazer dele deputado, para neutralizá-lo. E justifica: "o que se discute nessa redoma de vidro nada tem a ver com o que o operário conversa dentro da fábrica ou na rua." Em outras palavras, para os operários, o sindicato. Para a burguesia, o parlamento.

MIOPIA NOCIVA

É claro que as regras do parlamento são burguesas. Mas o que lá se discute é essencial que os operários conheçam e discutam, porque se transformam em leis para reprimir a luta operária e assegurar a exploração capitalista. Um trabalhador eleito deputado tem enormes possibilidades de elevar as conversas de fábricas do nível das simples reivindicações para a questão de poder e dos mecanismos usados pelos patrões para frear a revolução. E para compreender como é nociva a miopia petista.

(Rogério Lustosa)

CRISE DO CAPITALISMO

A dívida em primeiro plano

A dívida externa, produto da mais recente estratégia imperialista de espoliação e dominação sobre os países economicamente dependentes, causa sérios problemas ao sistema capitalista em todo o mundo. Introduce inclusive alterações no ciclo de reprodução do capital. Essas são algumas das opiniões do economista e professor da Universidade Enver Hoxha, de Tirana, Arben Verçuni, expressas num artigo publicado na revista "Albânia Hoje" (nº 5, de 1987), do qual publicamos abaixo alguns trechos.

Os anos 80 se caracterizaram por um maior aguçamento da crise econômica mundial do capitalismo. Junto à inflação, às flutuações cambiais, os déficits nos balanços de pagamentos etc, passa cada vez mais a primeiro plano o problema da dívida externa dos chamados países "em vias de desenvolvimento".

Endividamento externo existiu anteriormente. Porém as proporções que ganhou nos 10-15 últimos anos constitui um fenômeno completamente novo. Em fins de 1985, os débitos atingiram o valor astronômico de 1 trilhão de dólares.

Pode-se perceber que a dívida tem ocasionado transtornos não só aos devedores como também aos credores. O crescimento ilimitado do endividamento internacional e o agravamento das dificuldades para sua liquidação resultam de transformações, profundamente contraditórias, na estrutura de reprodução do capital, no caráter do movimento de capitais em plano nacional e internacional.

As potências imperialistas se mostraram "generosas" e concederam empréstimos porque obtêm grandes lucros, que satisfazem sua ambição. Assim, por exemplo, em 1977, dos bancos americanos, o Citicorp e o Chase Manhattan obtiveram unicamente no Brasil 20 e 13% respectivamente do total de seus lucros. Os juros recolhidos pelo Citicorp dos países latino-americanos, durante os anos 1971-1977, aumentaram 25%.

O boom do pós-guerra acabou em aguda crise

Os países atrasados, coloniais, semicolônias e dependentes ficam ao sabor das conjunturas e das flutuações dos preços no mercado capitalista mundial. Cada queda da produção, limitação do comércio exterior ou qualquer outra manifestação de crise econômica nos Estados Unidos e demais países imperialistas acarreta conseqüências destrutivas para a economia desses países.

O "boom" industrial de alguns países após a Segunda Guerra foi rapidamente substituído pela crise e a estagnação. A isto se seguiu uma limitação da compra de matérias-primas dos países atrasados por parte das potências imperialistas. A redução do volume de exportações, ocasionada pela queda da demanda nesses países, deu lugar à queda dos preços dos principais produtos de exportação das economias dependentes, provocando, em conseqüência, elevados déficits comerciais.

Os déficits na balança comercial e de pagamentos obrigaram tais países a estender as mãos aos países imperialistas, pedindo novos empréstimos. Assim, o entrelaçamento de fatores de desenvolvimento interno, o atraso no nível de crescimento das forças produtivas, os desajustes econômicos, aumentam continuamente a demanda de recursos externos.

A desproporção entre os ingressos e os gastos em divisas e sua cobertura com créditos do exterior cria o problema de endividamento dos "países em via de desenvolvimento", problema que na atualidade assumiu proporções inusitadas. Sobre este fenômeno têm incidido diversos fatores, entre os quais os principais são:

1º) a acentuada instabilidade econômica e financeira do mundo capitalista burguês e revisionista. As graves e profundas crises que a economia capitalista atravessa nos últimos 15 anos influíram, nas diversas fases do ciclo, na grande ampliação dos créditos, tanto nos próprios Estados como a nível internacional.

A propagação do financiamento (principalmente na forma de créditos bancários) ocasionou o impetuoso crescimento da dívida. A soma dos empréstimos nos balanços das cooperações aumentou consideravelmente. Assim, o montante da dívida geral sobre o capital por ação das corporações americanas passou de 0,5 em meados dos anos 60 a 1,3 em 1982.

A conta do crédito bancário a

curto e largo prazo vem sendo coberta não somente com os gastos correntes, senão também, e uma parte cada vez maior, com as inversões de capitais a longo prazo.

A crise monetária e financeira favoreceu também o aumento do crédito bancário e o crescimento da dívida, o que conduziu ao colapso do sistema monetário capitalista e à supressão da garantia em ouro do papel moeda nas relações internacionais. A inflação, nessas condições, se desenvolveu a ritmos galopantes, o que objetivamente faz com que os que dispõem de recursos momentaneamente livres não tenham interesse em investí-los em obrigações a longo prazo.

Através dos créditos, o tacão imperialista

Deste modo aumentou a oferta de capital por empréstimo. Neste processo se inclui também o dólar norte-americano, que serviu como divisa de reserva, o que acarretou sensíveis conseqüências em todo o ciclo de reprodução capitalista, tanto em marco nacional como internacional.

A oligarquia financeira americana, a fim de realizar seus objetivos, adotou em 1979 a política monetarista de restrição da oferta de dinheiro. Como resultado, aumentou as taxas de juros. Isto agravou ainda mais a situação no mercado de capital de empréstimo, porque as taxas subiram de 8,3% em 1973 para 17,3% em 1982.

Durante o período referido acima a participação relativa dos créditos com base em juros flutuantes sobre o total da dívida externa a médio e longo prazo pulou de 11,6% para 37%. Os monopólios bancários internacionais, objetivando aumentar o grau de dependência dos devedores em relação aos prestamistas, se valem da arma do crédito para discriminar os prestatários.

O aumento das taxas de juros exerce uma dupla influência: eleva o volume de pagamentos anuais da dívida externa, que durante o período 1973-1983 passou de 16 a 96 bilhões de dólares e estimula a fuga de capitais para os mercados financeiros norte-americanos e de outros países imperialistas. Assim, no período 1979-1982 cerca de 36 bilhões de dólares saíram do México, 26 bilhões de dólares da Ar-

gentina, 21 bilhões de dólares da Venezuela. Unicamente nos anos 1981-82, período de rápido crescimento das taxas de juros, a evasão de capital dos "países em vias de desenvolvimento" para as metrópoles capitalistas (especialmente EUA) chegaram a 51 bilhões de dólares.

2º) as manipulações imperialistas dos preços no mercado internacional levaram a um ulterior agravamento da situação econômica da maioria dos "países em vias de desenvolvimento", coisa que se refletiu em um aumento do déficit na balança comercial e de pagamentos. O déficit na balança de pagamentos cresceu de 11,3 bilhões de dólares em 1972 para 107,7 bilhões de dólares em 1981, o que acarretou diretamente o aumento do endividamento externo. A dívida externa evoluiu de 135 bilhões de dólares em 1974 para 830 bilhões de dólares dez anos depois.

3º) as potências imperialistas, atemorizadas diante de uma política econômica independente adotada por numerosos países que estão sacudidos pelo juro colonial, trataram de reduzir suas inversões diretas. Em 1980 os investimentos diretos dos países membros da OCDE foram de 16 bilhões de dólares, quando dez anos antes haviam superado 23 bilhões de dólares.

Em 1983 os países do chamado terceiro mundo receberam em forma de inversões diretas 24% do empréstimo mundial, enquanto em 1971 esses mesmos países receberam 28%. O espaço vazio conseqüente da queda dos investimentos diretos foi ocupado pelo crédito bancário que, na segunda metade dos anos 70, cobria mais de dois terços do déficit dos "países em vias de desenvolvimento".

Os empréstimos, em sua maior parte, provêm dos poderosos bancos internacionais privados, que nos anos 70 obtiveram os fundos necessários mediante a acumulação de bilhões de petrodólares. Como resultado da crise econômica dos anos 1974-75 e a estagnação que dela adveio, observou-se uma relativa redução da demanda por créditos nos países capitalistas mais industrializados.

Isto fez com que os bancos ficassem extraordinariamente ativos na busca de novas esferas para investir seus capitais disponíveis com a finalidade de obter lucros. Acentuou-se, como nunca, o papel dos bancos privados para promover a circulação dos petrodólares. O potencial das instituições financeiras estatais e interestatais (FMI, Banco Mundial) era insuficiente para cobrir a crescente demanda por créditos.

Desta forma, do total da dívida dos "países em vias de desenvolvimento" (sem contar os oito expor-

tadores de petróleo do Oriente Médio) 60% constituem créditos dos bancos comerciais privados, percentual que chega a 80% na América Latina. Em 1980 os bancos americanos respondiam por 40% do volume total de empréstimos concedidos aos países da Ásia, África e América Latina. Em meados de 1983 a soma dos créditos que os nove maiores bancos americanos concederam aos "países em vias de desenvolvimento" incrementou o capital dessas instituições (incluindo reservas) em duas vezes. Como as condições acordadas por esses bancos eram mais onerosas em comparação com os estatais (as taxas de juros eram duas vezes maiores) o problema do endividamento externo tornou-se ainda mais agudo.

Perda de US\$ 25 bilhões nas relações de troca

A crise econômica mundial de 1980-82 deu lugar a uma diminuição da demanda tanto nos mercados internos como no externo. Os preços mundiais de uma série de matérias-primas desceram aos seus mais baixos níveis do pós-guerra.

Em conseqüência (disto e da redução das exportações) os "países em vias de desenvolvimento" sofreram uma perda de 25 bilhões de dólares nos anos 1980-82. A taxa nominal de juros, em que pese ter declinado a seu nível mais baixo, seguiu sendo cerca de 6% superior à inflação. O problema da dívida foi agravado de maneira extraordinária.

Nos "países em vias de desenvolvimento" o pagamento de juros relativos a débitos contraídos entre 1978 e 1981 cresceu mais de três vezes (de 20 a 66 bilhões de dólares). Uma parte cada vez maior dos ingressos pelas exportações (principal fonte de divisas) se destinou à liquidação da dívida. Em 1985, por exemplo, o pagamento dos juros consumia 35% das exportações mexicanas, 37% das brasileiras e 52% das argentinas.

Isto teve sérias conseqüências, pois implicou na redução das importações, o que prejudicou em muito a economia dos "países em vias de desenvolvimento", já que ramos-chaves da produção funcionam sobre a base de equipamentos, peças e tecnologias importadas dos países imperialistas. Os esforços para incrementar as exportações conduziram, ainda, à desvalorização das moedas nacionais com o objetivo de aumentar a competitividade das mercadorias destinadas ao exterior.

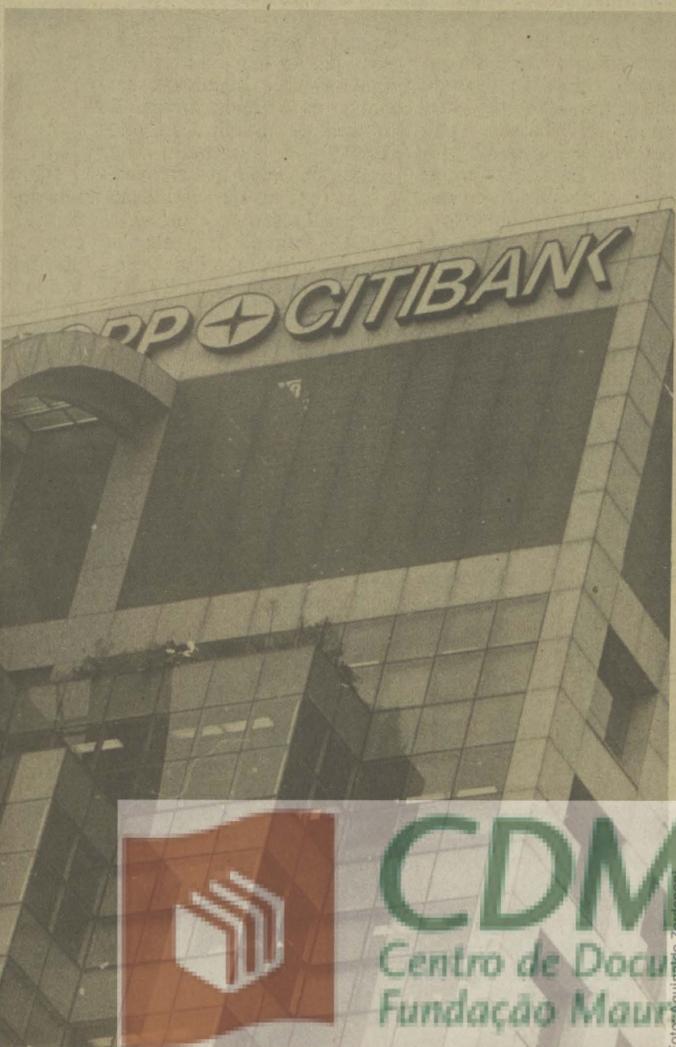
Conseqüentemente, as tensões sociais nesses países aumentaram consideravelmente, exacerbando as contradições entre tais nações com as potências imperialistas. Clara expressão disto são as medidas para limitar o pagamento de juros e até proclamações de moratórias.

A obscura perspectiva de inadimplência generalizada assustou os bancos comerciais que, amedrontados, limitaram sensivelmente a concessão de créditos. Só em 1982 os bancos dos países que integram o "Grupo dos 10" exigiram na justiça a devolução de 11,4 bilhões de dólares que concederam em empréstimos. E reduziram os créditos bancários aos principais devedores de 25 bilhões de dólares em 1981 para 4 bilhões de dólares em 1984.

Em tais circunstâncias os "países em vias de desenvolvimento" tratam de saldar suas obrigações mediante o aumento das exportações e limitando as importações. Mas estas tentativas acabam se chocando com a oposição dos países imperialistas, que pretendem aumentar as importações dos países mencionados.

Em conseqüência, aprofunda-se a crise econômica nas próprias metrópoles, que ficam privadas dos mercados exteriores e aumenta o nível de desemprego interiormente. No período compreendido entre 1981 e 1984 os EUA e Europa Ocidental perderam cerca de 7,5 milhões de postos de trabalho em função da limitação de suas exportações aos "países em vias de desenvolvimento".

Assim, criou-se tal relação de interdependência que a crise econômica das metrópoles golpeia duramente a economia dos países coloniais e semicolônias e a crise desses últimos agrava ainda mais a crise das primeiras.



Citicorp no Brasil: uma parte substancial dos lucros



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício de Almeida



Em Brasília, a PM tentou evitar o protesto na Esplanada dos Ministérios contra a suspensão da URP

PROTESTO DO FUNCIONALISMO

Rumo à greve geral

Na quarta-feira, dia 13, os funcionários do setor público realizaram manifestações em vários Estados em protesto contra o congelamento da URP por dois meses, marcando o Dia Nacional de Mobilização contra o arrocho salarial. Na maioria destes atos, os participantes aprovaram a proposta de greve geral no próximo dia 27 contra a política econômica do governo Sarney e por eleições diretas em 88.

Em Brasília, servidores federais e trabalhadores de empresas estatais paralisaram suas atividades como forma de protesto. Segundo os organizadores do movimento, a greve envolveu cerca de 107 mil dos 142 mil servidores do Distrito Federal. A manifestação contra a suspensão da URP ainda foi reforçada pelo movimento grevista de 25 mil professores e auxiliares de ensino público, 18 mil trabalhadores da área de saúde, 10 mil empregados nos transportes e

mais de 8 mil funcionários do Sesc, Senai, Senac e Fundação Cultural de Brasília. Num ato realizado na Esplanada dos Ministérios, que reuniu mais de 5 mil manifestantes, os oradores destacaram que aquele era o primeiro passo para a realização da greve geral.

Já no Rio de Janeiro, mesmo sob forte chuva, cerca de 3 mil servidores do setor público realizaram uma assembleia intercategorias na Passarela do Samba. Eles decidiram propor ao Plenário Nacional das Estatais e do Funcionalismo Público, que se reúne no próximo dia 16, a realização de uma paralisação geral no dia 27. O Sindicato dos Petroleiros do Estado anunciou o início de uma "operação padrão" dos 6 mil empregados da sede central da Petrobrás e da refinaria de Macaé. Segundo informou o presidente da entidade, os 57 mil funcionários da empresa estatal se preparam para deflagrar uma greve nacional.

OUTROS ESTADOS

Na Bahia, cerca de mil servidores federais e trabalhadores das estatais realizaram uma manifestação no Teatro Castro Alves, no Campo Grande. Nela também foi aprovada a proposta de greve geral. Ao final da assembleia, os manifestantes fizeram passeata pelo centro da capital. Os professores da rede pública estadual paralisaram por 24 horas suas atividades.

O Dia Nacional de Mobilização contra o congelamento da URP em São Paulo teve como destaque as paralisações parciais na Caixa Econômica Federal e no escritório do Ministério da Fazenda. Em algumas agências de bancos estaduais também ocorreram protestos. Por sua vez, os professores realizaram uma assembleia em frente à Secretaria de Educação, com a presença de mais de 2 mil docentes. Além de protestar contra a recente medida de arrocho do governo federal, os manifestantes rejeitaram a proposta de reajuste do governo Quêrcia.

SETOR PÚBLICO

O governo ataca o BC

O governo Sarney está disposto a levar o processo de sucateamento das empresas e instituições estatais a níveis nunca antes imaginados. O funcionalismo destas instituições, por seu turno, assumiu firmemente a defesa delas, e é um sério obstáculo ao sucesso dos planos oficiais. Estas são as duas grandes conclusões a que chegará quem examinar tanto a campanha salarial que os funcionários do Banco Central (BC) estão promovendo quanto as circunstâncias que os levaram ao movimento.

O quadro funcional do BC é reconhecidamente um dos mais qualificados e eficientes do país. A grande maioria dos trabalhadores tem nível universitário, e não há um funcionário sequer admitido sem concurso.

Nos últimos meses, no entanto, a política salarial adotada pelo governo e aplicada com especial intransigência no setor público levou este conjunto de trabalhadores a uma situação de instabilidade, crise e risco de desagregação. As perdas acumuladas desde setembro chegam a 47%. Os ordenados estão muito abaixo dos pagos pela iniciativa privada. Um funcionário com 9 anos no BC e curso superior completo ganha em torno de 50 mil cruzados mensais.

As conseqüências são trágicas, como demonstra Mário Cavicchioli, presidente da Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC) de S. Paulo. Um número não desprezível de empregados tem se transferido para empresas ou



A mobilização no BC: vigílias nacionais acompanham negociação

bancos particulares. Um contingente ainda maior é obrigado a fazer "bicos", reduzindo sua dedicação e muitas vezes prestando serviços para instituições financeiras que o próprio Banco Central está encarregado de fiscalizar, o que acarreta problemas óbvios.

Para lutar contra a continuidade ou o agravamento desta situação desalentadora, os funcionários do BC estão em campanha salarial. Reivindicam reposição imediata de 40% e fim do decreto que pôs fim à URP. Realizaram greve nos dias 7 e 8 e a suspenderam quando ficou claro que o governo, depois de demitir 14 colegas, iria iniciar uma onda de demissões ainda mais ampla, para "dar exemplo" ao funcionalismo.

Até o último dia 14, porém, tudo indicava que um novo assenso da luta podia ser espera-

do para breve. Os funcionários já haviam conseguido transformar as demissões em inquéritos administrativos. E o nível de mobilização não cessava de aumentar. Um grande sintoma é que até mesmo as rodadas de negociação entre a direção do banco e a AFBC eram acompanhadas por vigílias nacionais, que chegaram a reunir mais de 300 trabalhadores no dia 8.

GREVE NO IBGE

Uma autêntica onda de terror. Este é o clima que passou a predominar no IBGE desde que o presidente Sarney demitiu o presidente do órgão, Edson Nunes, por se recusar a despedir funcionários que participavam de greve. O Ministério do Planejamento prometeu "despedir dez funcionários por dia", caso o movimento não fosse encerrado imediatamente.

COMERCIÁRIOS DE IJUÍ

Vitória da oposição

Os comerciários gaúchos contam agora com mais uma direção sindical e comprometida com suas lutas. No final de março, a oposição venceu a eleição no Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí, no interior do Estado. A entidade é a segunda mais importante da categoria no Rio Grande do Sul, representando cerca de 20 mil trabalhadores de 24 municípios da região. A posse da nova diretoria ocorrerá no próximo dia 25.

O pleito foi bastante disputado. Há 50 anos que a oposição não conseguiu concorrer e vencer a eleição. Nos últimos 12 anos o sindicato foi presidido por João Antônio Franco, conhecido por suas posições imobilistas e autoritárias. Para permanecer no cargo, Franco costumava dedurar todas as lideranças da base. Só que desta vez os ativistas mais combativos tiveram maior habilidade para driblar o pelego e registrar a chapa.

Temendo a derrota, Franco jogou sujo no processo eleitoral. A maior parte de sua propaganda tentou identificar a Chapa 2 com o PCdoB, numa campanha difamatória e anticomunista. O pelego também contou com a assessoria dos representantes do "sindicalis-



Antônio Rodrigues Machado é o novo presidente do sindicato

mo de resultados" do Estado e com o apoio dos grandes comerciantes. Mas nada disso salvou sua pele. A Chapa 2 obteve 562 votos, contra 460 dados à situação. No dia da apuração, os comerciários comemoraram a vitória histórica.

PROGRAMA COMBATIVO

Segundo o novo presidente da entidade, Antônio Rodrigues Machado, o conhecido Ceará, "o importante agora é cumprirmos o nosso programa de trabalho, que objetiva for-

talear o sindicato e organizar a base". A diretoria recém-eleita pretende realizar campanhas permanentes de sindicalização, dinamizar a imprensa sindical, promover constantes cursos de formação de novas lideranças e democratizar os estatutos da entidade. "Queremos construir um sindicato atuante, de luta. A maioria pelega da diretoria anterior só vivia em conchavos e jantares com os patrões. A nova terá uma marca combativa. Além de dirigir as lutas específicas da categoria, politizará a classe", afirma Ceará.

ÍNDIOS

A morte dia a dia

No último dia 29 de março, o cadáver do índio pataxó ha-ha-hae, Djalma Lima, foi encontrado nos limites da área indígena São Lucas, no município de Pau Brasil, no sul da Bahia, com a propriedade do fazendeiro Pedro Leite. Ele estava desaparecido desde o dia 21, após um enfrentamento com capangas do fazendeiro. Djalma, antes de ser morto, teve o couro cabeludo e as unhas arrancadas, além dos órgãos genitais cortados.

Na véspera deste assassinato brutal, ocorreu a chacina dos índios tikuna, onde 14 foram mortos e 21 saíram feridos, em São Leopoldo, município de Benjamin Constant, na região do Alto Solimões, no Amazonas — que, por sua crueldade, foi amplamente noticiada. O principal responsável pelo massacre, segundo as investigações realizadas até o momento, é o madeireiro Oscar Castelo Branco. Esta foi a pior matança de índios no país, só comparável ao massacre do Paralelo 11, em 1963,

quando 15 cinta-larga foram mortos, em Mato Grosso.

GOVERNO CÚMPLICE

O pano de fundo deste barbarismo é a luta dos índios por sua terra. Os tikuna há muitos anos reivindicam do governo a demarcação de suas áreas. Mas até hoje só conseguiram o reconhecimento de 10% da área a que têm direito. Os demais 90% encontram-se na dependência de decisão da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional. Esta insistência em negar direitos legais dos índios, incentiva a invasão não só das áreas não demarcadas, mas inclusive das já legalizadas, gerando um clima de permanente tensão na região. Este adiamento inteiramente descabido tem como objetivo forçar os índios a aceitarem, em vez da demarcação do que lhes pertence, o estabelecimento de colônias indígenas, figura criada inconstitucionalmente pelo Decreto 94.946/87.

Por seu lado, os pataxó ha-

ha-hae sofreram o ataque que vitimou Djalma no exato momento em que formularam uma proposta de acordo que poria termo ao conflito sobre suas terras, que se agrava desde abril de 1982. Aos fazendeiros, empenhados em ocupar as áreas indígenas, importa pulverizar a organização dos pataxó, que se mantêm unidos em defesa de seus legítimos direitos. Também neste caso a demora dos órgãos governamentais tem incentivado as frequentes violências dos grileiros. Djalma foi o sétimo membro deste povo nos últimos anos.

O governo, aliás, é o primeiro a violar os direitos legais dos índios. Na Amazônia, implanta o projeto Calha-Norte, a pretexto, entre outras coisas, de liberar recursos para demarcar as terras e assegurar a proteção dos indígenas. O massacre dos tikuna revela que apesar do projeto avançar de vento em popa, os índios continuam sofrendo agressões e os criminosos continuam impunes.

MENSALIDADES ESCOLARES

Vitória dos estudantes

Diante da intensificação da luta dos estudantes contra a liberação das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares, o governo Sarney já admite recuar. O decreto n.º 95.720, que instituiu a chamada "liberdade vigiada" (generoso eufemismo que permite aos proprietários das escolas determinarem o aumento que bem entenderem para as mensalidades), deverá ser revogado.

O governo acena com a limitação, e 157,7%, do índice de reajustes das mensalidades em São Paulo. E promete obrigar as escolas que fixaram aumentos superiores a devolver a diferença aos pais de aluno. Um novo decreto neste sentido esta para ser baixado.

VITÓRIA

Não há dúvidas de que se trata de uma vitória dos estudantes, ainda que parcial. Até o momento em que fechávamos esta edição o governo ainda não havia definido a nova sistemática que vai regular os reajustes das mensalidades. De qualquer forma, a revogação do decreto que instituiu a "liberdade vigiada" representa uma conquista, conseguida pela luta dos estudantes das escolas privadas.

No Rio, a justiça também determinou que os colégios particulares terão que recalcular o valor das mensalidades obedecendo rigorosamente um acordo firmado entre o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino e a Associação de Pais e Responsáveis em fevereiro. Caso os proprietários insistam em promover reajustes superiores aos permitidos terão de pagar multas de Cz\$ 1 milhão por aluno, conforme a decisão tomada pelo juiz da 23ª Vara Civil do Rio de Janeiro, Sérgio Tulio Santos Vieira.

SANTA CATARINA

Em Florianópolis, no dia em que o presidente Sarney visitava a cidade — e a menos de 200 metros de onde ele se encontrava — cerca de 500 estudantes promoveram uma manifestação de protesto contra a liberação dos reajustes das mensalidades. Os manifestantes também exigiram a realização de eleições presidenciais diretas neste ano e gritaram slogans contra o governo Sarney.



O protesto contra Sarney reuniu 500 estudantes em Florianópolis

Em defesa das mulheres

No próximo dia 20 de abril serão realizados, nos quatro cantos do país, manifestações convocadas pelo movimento de mulheres em apoio ao que foi aprovado neste primeiro turno de votações na Assembleia Nacional Constituinte, principalmente no que se refere à licença maternidade de 120 dias, a licença paternidade, creches para crianças de 0 a 6 anos entre outras conqui-

tas. O fato é que forças reacionárias ligadas ao grande capital não conseguem engolir estas pequenas derrotas que sofreram, mas que poderão, se consagradas no segundo turno, promover justiça às famílias brasileiras.

Durante estes atos deverão ser denunciados os argumentos alarmistas dos representantes dos grandes capitalistas, que apresentam estas conqui-

tas como se fossem a principal causa da inviabilização do desenvolvimento capitalista no país. Na verdade, em muitas regiões e em diversas empresas, estes avanços sociais já estão consagrados na prática, sem terem com isso provocado o colapso do sistema. Para os protestos estão sendo convidadas todas as entidades de mulheres bem como as sindicais e profissionais.

DM GRA SARNÉ DIRETAS
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CAMPINAS

Vitória dos sem-casa

O movimento em Defesa da Moradia Popular e Contra a Carestia, da cidade de Campinas, registrou no último fim de semana uma de suas maiores vitórias por seus direitos: A Caixa Econômica Federal, depois de intensas negociações com a coordenação do movimento e com a intermediação do prefeito Magalhães Teixeira, concedeu a liberação de 50 a 60% do terreno de uma fazenda ocupada na semana passada por mais de 3500 famílias pobres da região. Além disso, foi liberada uma área de 12 mil m² para um acampamento provisório, onde estas pessoas poderão ficar até a urbanização dos lotes que serão divididos entre os ocupantes.

Para se chegar a esse resultado, entretanto, foi necessária a combinação de vários esforços por parte do movimento. O fundamental baseou-se na organização dos sem-casa e dos que sofrem todo o tipo de dificuldades com os alugueis extorsivos e absurdos. Durante seis meses, 17 núcleos em vários bairros da cidade reuniram condições de finalmente, na semana de Páscoa, tomar conta de uma fazenda que, desde de 1980, vinha sendo ocupada indevidamente por uma empreiteira, que por sinal é uma das maiores do município, onde alimentava cerca de 350 cabeças de gado de sua propriedade.

NA MESA E NA RUA

Ao lado do esforço de negociação levado à frente por uma



Sérgio Benassi fala aos ocupantes do Inocoop — Campinas

comissão eleita pelos núcleos, o movimento procurou divulgar nas ruas as suas reivindicações. Enquanto a coordenação estava reunida na Prefeitura com o gerente da Caixa Econômica Federal, Luís Gonzaga Lobo, uma passeata com mais de 5 mil famílias percorria as principais ruas da cidade. Ao cabo das negociações vitoriosas, realizou-se uma grande assembleia, quando os representantes do movimento comunicaram os termos do acordo. Houve, então, uma explosão de felicidade que se transformou numa verdadeira festa.

Flávio Costa, um dos membros da coordenação, esclareceu que as conquistas do movimento são inéditas na história do movimento popular em Campinas. Segundo ele, "além da organização própria

dos sem-casa foi muito importante o apoio que as famílias ocupantes receberam de sociedades amigos da região, das comunidades eclesiais de base e do bispo de Campinas, Dom Gilberto, e a solidariedade de vários sindicatos, como o dos metalúrgicos de Campinas, da CGT-Campinas, da colaboração do prefeito, e, principalmente, da contribuição decisiva do Partido Comunista do Brasil.

A vitória foi tão grande que a ação de reintegração de posse movida contra os ocupantes pela Caixa Econômica Federal, teve que ser sustada. E não só isso, como também a liberação de recursos para que a Prefeitura proceda à instalação de serviços públicos básicos, como posto de saúde, escola, água e luz. (da sucursal)

CINEMA

O racismo posto a nu

Está em cartaz o filme "Um grito de liberdade" (Cry Freedom), de Richard Attenborough. Ele mostra a vida do editor-chefe branco de um jornal, Donald Woods (Kevin Kline), que escreveu dois livros sobre a vida do líder negro Steve Biko (Denzel Washington) e a luta de ambos contra a discriminação racial na África do Sul.

Já em seu início, quando ainda aparecem as legendas, as cenas de fundo são de uma grande favela (Soweto) e a repressão da polícia do Apartheid contra a população. Cenas de massacre, de extrema brutalidade, são mostradas.

A trama central é a amizade

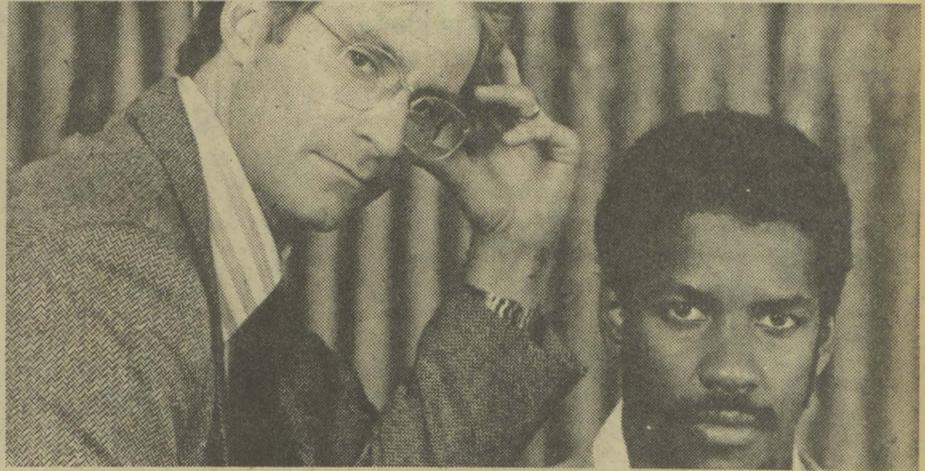
entre Woods e Biko constantemente confinado e perseguido pela polícia. Há diálogos interessantes entre ambos. Woods vai tomando consciência da realidade do racismo.

Há também cenas que mostram uma postura conciliadora no discurso das lideranças negras, ou mesmo uma tentativa de construir uma África com comunhão de classes e de raças. Mas isso fica secundário na película, diante da posição reacionária, direitista dos brancos-boers, ocupantes do país. Os negros são assassinados impunemente. São tratados como animais. Os negros são apenas "bantus". A polícia não se refere a eles como

homens e mulheres, mas como fêmeas e machos.

A trilha sonora é de primeira qualidade. A cena de maior emoção é a do enterro de Steve Biko, fundador do Movimento de Consciência Negra, assassinado pela polícia sob torturas. O jornal de Woods passa a fazer oposição aberta ao regime racista, e o editor é perseguido e tem que se exilar. "Um grito de liberdade" é carregado de profunda emoção, com cenas bastante fortes. Recomenda-se que todos o assistam e discutam a questão do racismo na África do Sul.

(Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho)



Donald Woods (Kevin Kline) e Steve Biko (Denzel Washington): união contra o racismo na África do Sul



Sucam não garante a saúde

Quero denunciar a situação que nós, funcionários da Sucam, vivemos. Enquanto procuramos combater as doenças que assolam os homens do campo, como esquistossomose, malárias, chagas e outras, nossa própria saúde fica à mercê da falta de assistência. Diversos colegas já morre-

ram de chagas, tendo sido contaminados em pleno serviço. Este problema é apenas uma gota no oceano de dificuldades que vivemos. Não temos transporte para ir a determinados locais. Não temos assistência médica eficiente. Com nosso salário minimizado temos que sustentar nossa

família e manter-nos no campo. E ainda temos que garantir o combustível que é colocado no automóvel da Sucam. Enquanto isso, o governo gasta em propaganda, sem fazer nada de concreto para melhorar as nossas condições e as condições do homem do campo. (C.C., Bahia)

CENSURA

Reforma agrária vetada

Censura na Globo. A minissérie "O pagador de promessas", de Dias Gomes, teve cortados os episódios que se referiam à luta pela reforma agrária, por decisão da empresa. Segundo um dirigente da emissora, os cortes foram feitos porque a minissérie era "subversiva". De seus 15 capítulos, sobraram oito. A diretora do programa, Tizuka Yamasaki, recusou-se a reeditar seu trabalho sem abordar a questão da reforma agrária.

Um dos inimigos da minissérie, que exigiu os cortes, foi o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, inimigo jurado da reforma agrária e dos trabalhadores rurais brasileiros.

Caiado chegou a insinuar que o programa estava "a soldo de interesses da esquerda nacional"! Como se a Rede Globo, o poderoso monopólio dos



Denise Milfont e José Mayer em "O pagador de promessas"

meios de comunicação que sempre deu sustentação política às ditaduras militares e a o que há de mais reacionário em nosso país, fosse favorável à reforma agrária...

O autor de "O pagador de promessas", Dias Gomes, divulgou nota protestando contra a mutilação de seu trabalho, dizendo que a medida "toca as raízes do absurdo". A deputada constituinte Lídice da Mata, do PC do B (BA), afirmou que a censura à minissérie "é absolutamente inaceitável, ainda mais depois de já termos aprovado o fim da censura na Assembléia Constituinte".

A reinauguração do Luzes da Cidade será de fato um ato público para mostrar a necessidade de estimular os defensores do filme de 16 mm. Muitas escolas, bibliotecas e entidades de periferia têm projetos, mas não os utilizam. Na ocasião, serão exibidos dados técnicos e argumentos para mostrar a viabilidade e a urgência de retomar a atividade dos cineclubes.

O Cineclubes Luzes da Cidade fica na rua Sena Madureira 298, na Biblioteca Pública de Vila Mariana. O ato de reinauguração será às 19 horas deste dia 16. Um planejamento inicial é realizar uma mostra de filmes nacionais, desde 1919, com obras de José Medina até as de diretores de hoje.

CINECLUBE

Luzes contra o comodismo

Com a reinauguração do Cineclubes Luzes da Cidade, que estava para fechar, João Luís de Brito Neto acredita iniciar um movimento em defesa da retomada do cineclubismo em São Paulo. Segundo João, um dos mais entusiasmados incentivadores desta atividade cultural, a linha comodista adotada pela diretoria da Federação de Cineclubes tem levado à destruição dos cineclubes — já existiram uns 120 no Estado, hoje reduzidos a 40 aproximadamente.

O líder do movimento aponta que uma visão elitista tem apontado um rumo equivocado de caminhar para substituir os cineclubes pelo vídeo ou pelo filme de 35 milímetros, abandonando o tradicional de 16mm.

João afirma que não há nenhuma contradição entre o vídeo e o cineclubes. Apenas que o vídeo fica restrito ou às pessoas que podem comprar o equipamento, ou então às salas pequenas, pois a tela de TV impede a exibição para muitas pessoas — e os telões representam um preço muito elevado. A exibição dos filmes de 35 mm também exige muito recurso: uma cabine fica atualmente em torno de 5 milhões de cruzados. Enquanto um projetor de 16 mm custa apenas 20 mil cruzados.

"O filme de 16 mm", diz João Luís, "é mais popular, pode ser exibido em praças públicas, salas de aula, salões de entidades. Facilita ao povo o acesso ao cinema e promove a produção nacional".

Perseguição no Grupo Moura

Há muito tempo o Grupo Moura, fabricante de baterias, pilhas e separadores, vale-se de vários artifícios para manter os trabalhadores sob seu domínio. O piso salarial é menor que o estipulado para a categoria e são constantes as pressões e ameaças contra os operários.

Empregando diretamente cerca de 2.500 trabalhadores que atuam com produtos químicos, altamente tóxicos, a direção do grupo (é da família Mendonça, à qual pertence o deputado federal José Mendonça) nega-se a pagar o adicional de insalubridade e não fornece segurança no ambiente de trabalho. A população do município de Belo Jardim, onde fica instalada a empresa, também sofre as consequências com a poluição despejada pela fábrica. Vez por outra surgem casos de crianças que

nascem mortas pela falta de algum órgão no corpo. O Grupo Moura nunca reconheceu a Cipa, que existe apenas do ponto de vista formal. Recentemente, cerca de 60 funcionários assinaram proposta de associação ao Sindicato dos Metalúrgicos. Imediatamente 37 foram demitidos. Comenta-se que as demissões se ampliarão. (Um colaborador da T.O., Pernambuco)

ros são vistos rondando a área em companhia do gerente da fazenda. Já foram feitas denúncias no escritório do Mirad em Conceição do Araguaia. Mas o órgão se diz impotente para solucionar o problema, uma vez que não foi emitida a posse pela União.

Por outro lado são muitas as burocracias. Um conflito está na iminência de acontecer (Posseiros da região da Fazenda Batente, Pará)

Clima tenso no Araguaia

Somos posseiros há quase três anos nas áreas denominadas de Guampa, Lagedo da Missa e São Domingos, na região da Fazenda Batente, Conceição do Araguaia (PA). A área é de pretensa "propriedade" do grileiro latifundiário paulista Alípio João. O processo de desapropriação da Fazenda Guampa já foi assinado pelo presidente da República. Faltam ser assinados os processos das outras duas. Acontece que o sr. Alípio

João está disposto a retirar toda a madeira de lei que existe nas referidas áreas ocupadas pelos posseiros. Ele já retirou uma parte, aproveitando a ausência dos posseiros que tinham ido ao Mirad denunciar as arbitrariedades.

Somos cerca de 120 lavradores que fizemos de nossas posses a nossa moradia habitual com nossas famílias. E de lá tiramos o nosso sustento. O clima está tenso. Pistolei-

ros são vistos rondando a área em companhia do gerente da fazenda. Já foram feitas denúncias no escritório do Mirad em Conceição do Araguaia. Mas o órgão se diz impotente para solucionar o problema, uma vez que não foi emitida a posse pela União. Por outro lado são muitas as burocracias. Um conflito está na iminência de acontecer (Posseiros da região da Fazenda Batente, Pará)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobrelajeira CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Sirmões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

lho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAÍBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 745-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 19 de Março, 8 2º andar CEP 252-9935 CEP 20000 — Nilroli: Av. Amarel Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 83 sala 312 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal 123 CEP 88075
SAO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saraiwa, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaiana, 145 sala 104 CEP 49010
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição Fast-up, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorúns. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

Nasce a Corrente Classista na CGT

“Viva a unidade das forças progressistas na luta contra o peleguismo. Viva a formação da corrente classista.” Com esta palavra-de-ordem, gritada de maneira vibrante por mais de 400 sindicalistas, foi organizada no último dia 9 a Corrente Classista da CGT. A plenária sindical, realizada na Universidade de Campinas (SP), teve forte representatividade e definiu o rumo dessa articulação, que rompe oficialmente com a direção “patronal e apelegada” da CGT Nacional.

Convocada por 15 CGTs estaduais e por vários sindicatos de peso, a plenária de Campinas representou uma resposta incisiva e unitária à investida direitista do chamado “sindicalismo de resultados”. Sob todos os aspectos, o evento foi altamente positivo: expressiva participação de entidades; discussões democráticas e aprofundadas; e resoluções apropriadas. A marca da plenária foi a combatividade e a determinação de enfrentar o peleguismo e o divisionismo no meio sindical.

Participaram 224 entidades sindicais, representadas oficialmente por seus dirigentes, e 84 observadores, além das direções da maioria das CGTs estaduais existentes. O encontro não contou com qualquer apoio financeiro externo, seja governamental ou de fontes internacionais. Pelo contrário. Teve que superar a sabotagem da direita sindical, que até o último momento tentou bombardear a plenária na Unicamp. Mesmo com as incontáveis dificuldades, ele contou com a presença de sindicalistas de todos os Estados, evidenciando a força do sindicalismo independente.

“Foi a plenária sindical mais democrática da qual eu participei nos últimos anos”, reconheceu o próprio Raimundo Rosas, diretor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo vinculado ao indefinido PCB. As discussões foram aprofundadas, sem qualquer sectarismo, possibilitando uma rica reflexão sobre o quadro político atual e a situação do sindicalismo brasileiro, particularmente no tocante a crise interna da CGT.

Encontro reforça a luta política contra o governo

Durante todo o dia 9 os participantes debateram dois temas. No primeiro, sobre a situação política, houve consenso na condenação ao governo Sarney e sua subserviência aos credores estrangeiros e ao FMI. A plenária aprovou a luta pelas eleições diretas em 88 e contra a ofensiva de arrocho salarial do governo. A Corrente Classista também decidiu se empenhar na preparação de uma greve geral contra o fim da URP e pela reposição das perdas salariais. Rompendo com o economicismo imperante nas centrais sindicais, deliberou que a paralisação geral deve também incluir bandeiras políticas, como as diretas em 88, contra o FMI e contra a privatização das empresas estatais.

Os sindicalistas progressistas também insistiram na necessidade da unidade de ação para enfrentar a investida reacionária do governo Sarney. Mesmo no que se refere à Constituinte, a plenária indicou que é preciso manter e reforçar a pressão organizada e unitária para evitar novos retrocessos. Com esse espírito, já no dia seguinte a Corrente Classista tomou a iniciativa de discutir com a direção nacional da CUT um plano conjunto de luta. Nesta reunião foram aprovados os eixos centrais da greve geral — no essencial, os definidos na plenária de Campinas —, e a realização de caravanas para pressionar os constituintes na votação das Disposições Transitórias, exigindo quatro anos de mandato para Sarney.



Dirigentes de importantes entidades coordenaram a plenária, que teve expressiva representatividade sindical, vibração dos participantes e resoluções unitárias.

Prevalece unidade dos progressistas contra os pelegos

Já no segundo ponto de pauta, sobre a crise na CGT, existiram diferenças de pontos de vistas. A maioria dos participantes defendeu a saída imediata da central, argumentando que sua direção nacional estava sob controle do “sindicalismo de resultados” e que esse setor direitistas havia rasgado o programa do congresso de fundação da CGT, esmagando a democracia interna e o critério sindical de participação. Alguns sindicalistas independente, entretanto, argumentaram que ainda era possível “resgatar a CGT” e pregaram apenas o rompimento com sua direção nacional.

Sérgio Barroso, diretor do Sindicato dos Médicos de Alagoas que renunciou a seu cargo na Executiva Nacional da CGT, foi um dos que defendeu a primeira proposta. Conforme explicou, “nós já fizemos todos os esforços para derrotar os pelegos na direção da central. Em todas as instâncias da central esse combate foi travado com firmeza”. Ele citou como exemplos dessa disputa a greve geral de 87 e a plenária nacional da central em janeiro passado, “quando o ‘sindicalismo de resultados’ apelou para o banditismo sindical e inviabilizou o encontro”.

Após demonstrar que a maioria direitista da Executiva Nacional adota métodos autoritários para comandar a central, Barroso concluiu: “Não há mais espaço no interior da CGT para os sindicalistas progressistas. Não existe convivência com traidores, com agestores patronais. Não podemos aceitar a tutela de gangsters, que definem os rumos da central nas salas da Fiesp e do Palácio do Planalto. Magri e Medeiros transformaram a CGT num instrumento da grande burguesia, do imperialismo e das forças mais reacionárias da nossa sociedade. O único caminho é a ruptura”.

José Carlos Schulte, presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul e da CGT gaúcha, defendeu a segunda posição. Mesmo reconhecendo que é “quase impossível” reverter o quadro no interior da CGT, pregou a continuidade na central e o rompimento “agora” apenas com sua direção nacional. “Nós vamos brigar lá dentro para resgatar a CGT das mãos do ‘sindicalismo de resultados’ de Magri e Medeiros”.

Decisão de romper com direção da CGT e formar corrente

No final dos debates, prevaleceu a unidade das forças progressistas. A maioria dos participantes, que defendia a ruptura imediata, concordou com a proposta do rompimento com a direção da CGT. Mas essa deverá ser feita de maneira frontal, sem qualquer conciliação, e aprofundando a discussão entre os pelegos em todo o país. A plenária aprovou cinco resoluções:

* Rompimento com a direção nacional da CGT. A partir de agora os sindicalistas progressistas não se submetem mais as orientações da Executiva da

central e denunciarão publicamente suas posições patronais e direitistas.

* Formação da Corrente Classista da CGT. Seu papel será o de agregar todos os que discordam da linha oficial da central, acumulando forças para o embate interno e/ou para formação de uma articulação independente da central. Conforme o aprovado, a Corrente Classista lutará pela uni-



Fotos: Aguilino Zordenoni

dade de ação do sindicalismo, relacionando-se com todas as forças que atuam no meio sindical brasileiro.

* Constituição de uma Coordenação Nacional da Corrente Classista. Esta foi eleita na própria plenária e conta com a participação de dirigentes de importantes entidades sindicais do país.

* Realização de plenárias e encontros nos Estados para viabilizar o rompimento com a direção nacional e estruturar a corrente classista. O objetivo é aprofundar o debate em todo o país, atraindo todos os descontentes e acumulando forças. Já na sua primeira reunião, a Coordenação Nacional sugeriu os dias 20 e 21 de abril para realização das plenárias

e, inclusive, para a eleição das coordenações estaduais da corrente.

* Congresso Nacional convocado pela Corrente Classista para o final deste ano. Ele avaliará o desenvolvimento da disputa interna e o crescimento da corrente classista e definirá os rumos da articulação.

(Almiro Borges)

Perspectivas da nova articulação

A plenária de Campinas encerrou seus trabalhos na tarde do dia 9 em clima de grande entusiasmo. Apesar do cansaço da viagem e da longa discussão, os dirigentes sindicais estavam satisfeitos com o resultado do encontro e com as perspectivas de crescimento da Corrente Classista. Na avaliação dos organizadores do evento, ele foi plenamente vitorioso e representou o surgimento de um fato novo no sindicalismo brasileiro.

Para José Carlos Schulte, presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul, “a plenária demonstrou a força dos setores progressistas, que romperam com a direção pelega da CGT nacional e mantêm a defesa de um sindicalismo combativo e unitário”. Schulte acredita no fortalecimento crescente da Corrente Classista. “Mesmo os que se ausentaram da plenária, mas que não concordam com a linha e a prática direitista do ‘sindicalismo de resultados’, irão se incorporar a corrente. Essa é a alternativa para os sindicalistas contrários ao peleguismo e ao divisionismo existente nas centrais. Iremos brigar no interior da CGT para resgatar o programa de seu congresso de fundação. Nesse processo, a corrente vai crescer e observar se ainda há espaço nessa central”.

DECISÃO UNITÁRIA

“A plenária encontrou a forma mais adequada politicamente de ruptura com a direção da CGT” avalia Sérgio Barroso, diretor do Sindicato dos Médicos de Alagoas. “A resolução garantiu a unidade das forças progressistas, o que é decisivo para o crescimento da Corrente Classista. Na prática, representa a ruptura com a CGT. Vai gerar um forte debate no interior da central em todo o país, demarcando nitidamente os campos e desmascarando o ‘sindicalismo de resultados’ de Magri e Medeiros”.

Barroso também está bastante otimista com o fortalecimento da corrente. “A decisão de Campinas teve grande repercussão no meio sindical e político. Já recebemos adesões de vários sindicatos que não tiveram condições de participar da plenária. Muita gente estava aguardando por esse rompimento, não aguentava mais ouvir e ver as declarações e ações reacionárias e mafiosas da maioria da Executiva da CGT. Se realizarmos um bom trabalho de articulação, a Corrente Classista terá um crescimento surpreendente. Precisamos ser

amplos, atrair todos os setores progressistas, mesmo os vacilantes”.

SALTO DE QUALIDADE

Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Purificação de Água e Esgoto de São Paulo, avalia que “a plenária representou um salto de qualidade no movimento sindical. Pela primeira vez na história recente do país, as correntes progressistas conseguiram forjar uma articulação unitária, que é contra o peleguismo e o divisionismo”.

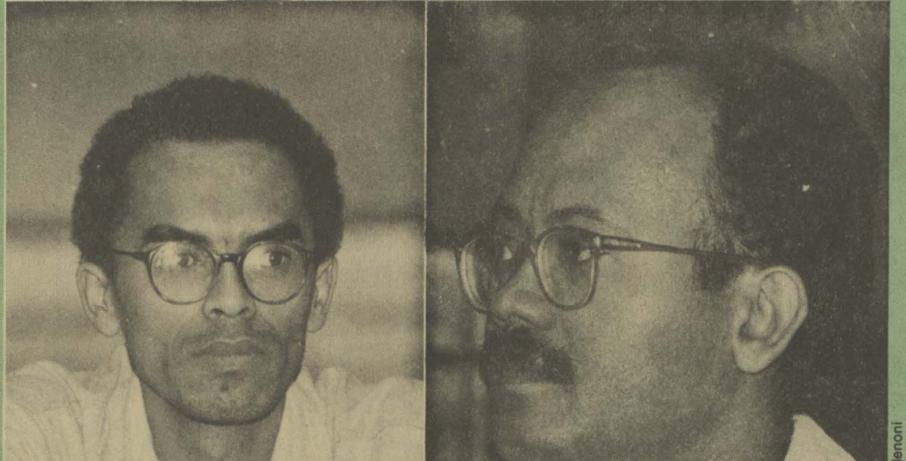
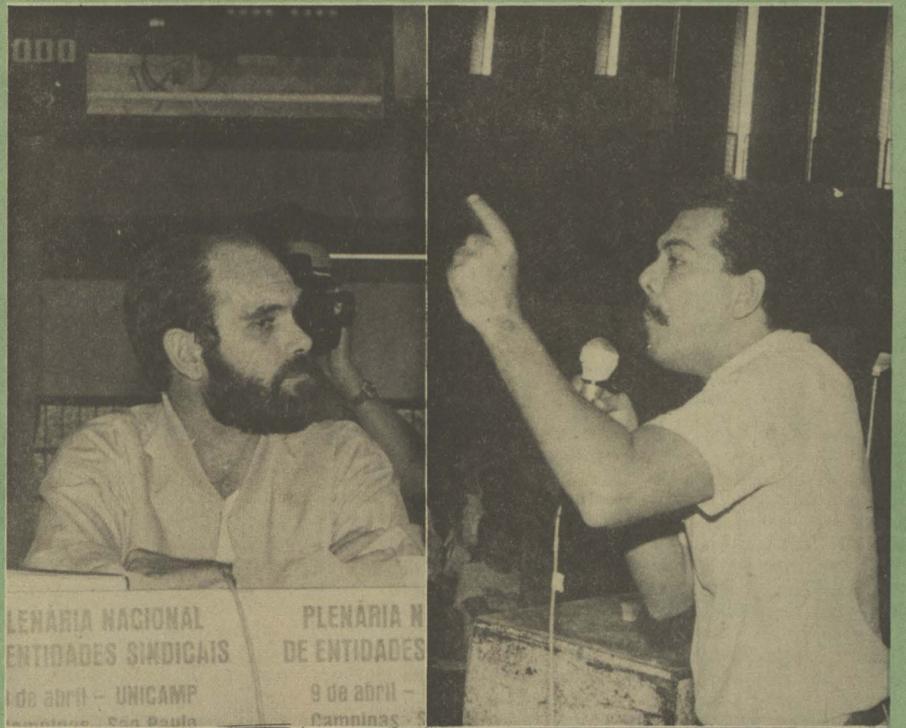
Quanto a resolução da plenária, Nivaldo concorda que ela foi a mais acertada politicamente. “É preciso ser flexível. Nós observamos que existiam divergên-

cias de opinião, mas que elas não eram antagônicas. No final, conseguimos unificar o bloco classista e aí reside a grande vitória da plenária. Agora temos uma arma para combater a direita sindical”.

Para o dirigente sindical paulista, “o importante é reforçar a Corrente Classista. Quanto mais forte ela for, maiores condições terá de aparecer como uma alternativa unificadora e avançada do sindicalismo. Não acredito que haja espaço no interior da CGT, que hoje é um instrumento da burguesia. Mas a experiência concreta é que demonstrará isso e no congresso do final do ano poderemos fundar uma articulação independente da central. Para

isso, o fundamental é crescer, crescer muito”.

Renildo de Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, saiu da plenária de Campinas com a sensação de alívio. “Não havia mais convivência pacífica no interior da CGT. Era preciso romper com sua direção traidora, demarcar bem os campos”. Renildo defendia a saída imediata da CGT, mas concorda que a decisão adotada na plenária foi positiva. “Era uma medida necessária para unificar o bloco progressista. E a resolução significa na prática uma ruptura, que vai se dar a curto prazo. Agora existem duas direções na central. Uma burguesa, imperialista, e outra classista, unitária”.



Schulte e Sérgio Barroso (acima) consideram que a plenária foi plenamente vitoriosa. Nivaldo e Renildo estão otimistas com o crescimento da Corrente Classista.

Fotos: Aguilino Zordenoni

CDM

Fundação Maurício Grabois